



1º SEMINÁRIO NACIONAL Juventude Rural e Políticas Públicas

21 a 24 de maio de 2012 / Brasília-DF

Relatório Final

Secretaria Nacional da Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República

www.juventude.gov.br



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Gilberto Carvalho

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE

Severine Carmem Macedo

COMISSÃO ORGANIZADORA

Realização

Secretaria Nacional da Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República

Coordenação Geral

Elisa Guaraná de Castro

Mônica Sacramento Costa

Gleidys Braga Ribeiro

Apoio administrativo

Jamesson Jackson

Apoio

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Consultor

Paulo Mansan (Mestre em Sociologia/UFCG)

Colaboradores Especialistas e Educadores Populares

José Roberto Novaes (UFRJ); Marilda Menezes (UFCG); Sergio Botton Barcellos (Mestre CPDA/UFRJ), Valmir Strapasolas (UFSC), Assunção Lima (UFPE), Paulo Carrano (UFF), José Gabriel Correa (UFCG), Mercia Batista (UFCG), Paulo Cerioli.

Sumário

APRESENTAÇÃO 5

Histórico

O EVENTO 6

PÓS-EVENTO 7

METODOLOGIA 8

PERFIL DOS PARTICIPANTES 12

Perfil dos Inscritos

Pesquisa do Perfil dos Participantes e avaliação do evento

RESULTADO DAS OFICINAS DE TRABALHO:

AVALIAÇÃO E PROPOSTAS 24

Desafios e limites das políticas públicas para a juventude rural

Propostas de políticas públicas

EIXO Juventude das Comunidades e Povos Tradicionais Rurais: igualdade étnico/racial

EIXO Juventude rural e gênero, sexualidade e diversidade sexual

EIXO Juventude Rural e o Trabalho Assalariado

EIXO Juventude rural: agricultura familiar e camponesa, trabalho e renda

EIXO Juventude do campo e da floresta, sucessão e perspectivas de produção sustentável: acesso a terra, agroecologia e condições de produção

EIXO Juventude Rural e a Educação do campo

EIXO Juventude do campo e da floresta, direitos sociais, tempo livre e novas sociabilidades: cultura, o esporte, o lazer, saúde, mobilidade, tecnologias da informação e comunicação

EIXO Juventude Indígenas: igualdade étnica e direito à vida
Oficina Específica - Juventude do Xingu e do Amazonas
Proposta de participação social e acompanhamento das políticas públicas pela
juventude rural
Povos e Comunidades tradicionais
Gênero
Trabalho assalariado
Agricultura Familiar e Sucessão no Campo e na Floresta
Educação
Qualidade de vida
Indígena
Xingu e Povos Amazônicos
Rio+20

ANEXOS 41

Anexo I - Resultados dos trabalhos desenvolvidos nas oficinas
Anexo II
Carta do I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas



Apresentação

O relatório que ora apresentamos é fruto da sistematização dos resultados do I Seminário Nacional da Juventude Rural, que aconteceu de 21 a 24 de maio de 2012, em Brasília-DF. Esse trabalho trata do histórico e realização do evento, do perfil dos participantes, bem como dos seus principais resultados. Em anexo encontram-se as compilações do trabalho desenvolvido pelas oficinas (Anexo I) e a Carta do I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas (Anexo II) formulada pelos jovens da agricultura familiar, camponeses, quilombolas, indígenas de todas as regiões do Brasil.

Histórico

O I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas foi um momento muito especial para a Secretaria Nacional de Juventude, pois representou um encontro com a juventude rural, que desde a primeira hora se colocou de forma colaborativa na construção dessa nova gestão da SNJ. Acreditamos que esse esforço avança de forma significativa no diálogo para a construção de políticas públicas para uma população que atualmente ainda não se percebe efetivamente incluída no grande projeto de políticas públicas para a juventude iniciada no governo Lula.

A proposta do Seminário não é nova, a ideia de um espaço de diálogo denso entre governo e movimentos sociais para debater políticas públicas para a juventude rural é uma proposta acalentada há muito pelos movimentos e debatido em espaços importantes como o Grupo de Trabalho da Juventude Rural – atual Comitê

Permanente de Juventude - do CONDRAF. A iniciativa se soma a um histórico de ações recentes do Governo Federal em diálogo com os movimentos sociais que vem fortalecendo a participação social da juventude rural e promovendo espaços de diálogo para a formulação de políticas públicas. São marcos desse processo no período de 2005 – 2010, no Governo do Presidente Lula:

- A criação da Cadeira de Juventude Rural no Conjuve desde a sua instalação;
- A Subsecretaria de Juventude (SRA/MDA)
- O Grupo de Trabalho de Juventude da REAF
- O Curso Regional de Formação de Jovens Lideranças do Mercosul (REAF)
- Grupo Temático de Juventude Rural (GTJR), do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) - com membros do governo e da sociedade civil
- Primeira Geração de Políticas Públicas para a Juventude Rural: Pronaf Jovem e Nossa Primeira Terra

No ano de 2011, com o governo da Presidenta Dilma, outras iniciativas se somaram a:

- A criação do Comitê Permanente de Juventude Rural do Condraf
 - Desenvolver propostas de fortalecimento e articulação entre as diversas políticas públicas para atender às demandas e necessidades da Juventude Rural,
 - Representantes governamentais e da sociedade civil.
- A criação da Assessoria Especial de Juventude no MDA.
- Entrega de 11 pautas com demandas dos movimentos sociais para a SNJ
- PPA/SNJ – Programa de Autonomia e Emancipação da Juventude - a agenda da juventude rural foi incorporada
- Grupo de Trabalho de Juventude Rural da SNJ :
 - Ampliar os diálogos governo e sociedade civil na construção de políticas públicas.
 - Fortalecer a institucionalização da agenda no Governo Federal.
 - Monitorar o avanço das pautas da juventude rural.
- 2ª Conferência Nacional de Juventude
 - Forte participação da juventude rural, dos jovens dos povos e comunidades tradicionais e a juventude indígena.
 - Mobilização a partir dos territórios e dos movimentos sociais.

Nesse sentido, o I Seminário Juventude Rural e Políticas Públicas ocorre como parte da trajetória do diálogo entre o governo e os movimentos sociais na busca de uma Política Nacional que atenda os anseios e as necessidades dos e das jovens rurais.

Mais que um evento, a iniciativa representa um passo importante para o aprofundamento da participação e controle social como método de governo. Nosso esforço para a construção de uma metodologia participativa para a formulação de políticas públicas para a juventude vem buscando avançar passo a passo nesse importante objetivo. O diálogo com a juventude rural para essa construção teve início com a apresentação por parte de mais de dez movimentos nacionais de suas agendas à

SNJ no primeiro semestre de 2011. O segundo passo foi a construção do Grupo de Trabalho Juventude Rural da Secretaria Nacional de Juventude (GTJR/SNJ), aproximando movimentos sociais e governo federal, representado pelos Ministérios que atuam ou podem atuar no desenvolvimento direto de políticas públicas para a juventude rural e povos e comunidades tradicionais. Avançamos dessa maneira no papel de articulação política da SNJ para dialogar diretamente com os e as jovens rurais.

Na 2ª Conferência Nacional de Juventude, a juventude rural, os jovens dos povos e comunidades tradicionais e a juventude indígena deram um show de diálogo e construção de propostas articuladas, que culminou com a plenária alegre e criativa do Eixo Território. Nela, foi proposto como 1ª resolução: “Criação de uma política pública de fomento específica para a juventude da agricultura familiar, camponesa, assalariada rural, para os povos e comunidades tradicionais (os reconhecidos e os que lutam pelo reconhecimento), que respeite os seguintes princípios: (a) priorização, associativismo e cooperativismo; (b) valorização de práticas agroecológicas alternativas; (c) acesso à terra e reforma agrária; (d) priorização da participação dos jovens dos movimentos sociais e do campo na elaboração e no monitoramento dessa política; (e) desburocratização das políticas já existentes e das novas políticas; (f) qualificação técnica na produção, na gestão e na comercialização; (g) geração de renda respeitando a pluriatividade”. E como 2ª resolução, o acesso à educação do campo para todos os jovens rurais da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais.

O resultado da 2ª Conferência fortaleceu a necessidade de que a SNJ atuasse diretamente na construção de uma política nacional para a juventude rural. O debate foi encaminhado pelo GTJR, que indicou como metodologia um Seminário que aprofundasse e ampliasse esse diálogo. Como seu resultado era esperado uma proposição de política nacional para a juventude rural, que buscasse integrar as ações existentes e propor ações que possam efetivamente atender as demandas urgentes da juventude rural. Teve assim, início o projeto do I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas.

A parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário ao longo desse processo e nesse novo contexto foi fundamental para a realização do Seminário.

A iniciativa ganhou destaque e passou a ser percebida como um espaço que também dá continuidade à articulação entre a juventude rural da agricultura familiar e camponesa e a juventude dos povos e comunidades tradicionais. Somaram-se novos objetivos igualmente centrais. A necessidade de iniciarmos um diálogo como Secretaria-Geral da Presidência da República com a juventude do Xingu; a necessidade de um espaço de articulação e fortalecimento da participação da juventude rural na Rio+20; e, por fim, a demanda para a construção de políticas públicas integradas para a juventude indígena. Dessa forma, ampliamos o I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas construindo, de forma colaborativa com outras áreas da Secretaria Geral, três oficinas específicas para atender esses objetivos.



O Evento

A abertura do I Seminário Juventude Rural e Políticas Públicas contou com a presença do ministro Gilberto Carvalho da Secretaria-Geral da Presidência da República, do Ministro Pepe Vargas, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Secretário Paulo Guilherme Francisco Cabral, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (MMA), da Secretária Severine Macedo, da Secretaria Nacional de Juventude (SG), e da diretora Viviane Fernandes Faria, da Diretoria de Política de Educação do campo, indígena e para as relações étnico/raciais (MEC). A mesa também foi composta por jovens representantes dos movimentos sociais do campo e indígenas que realizaram uma mística de abertura.

Nos quatro dias de trabalho foram realizadas duas mesas de análise, dez oficinas e uma mesa de balanço final. Mais de 200 pessoas participaram do evento. Estiveram presentes mais de 40 organizações/movimentos sociais, representantes dos governos federal e estaduais, pesquisadores e professores de programas de licenciatura do campo e de licenciatura indígena, e mais de 140 jovens da agricultura familiar, camponeses, quilombolas, indígenas de todas as regiões do Brasil.

Organizadas em eixos temáticos e considerando caminhos para a participação social, os e as jovens rurais reunidos, em diálogo com representantes do governo federal e colaboradores especialistas, realizaram: a) uma avaliação das políticas públicas atuais para a juventude rural, seus limites e desafios, b) formularam propostas para a

melhoria ou criação de políticas públicas, c) propostas para a participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural. A partir dessas elaborações, temos uma valiosa colaboração para a formulação de uma Política Nacional para a Juventude Rural.

Com intensa participação nas mídias sociais, jovens de todo o Brasil colaboraram com o evento comentando e publicando imagens. O número de seguidores da SNJ no Facebook e no Twitter aumentou significativamente. Durante o evento foi realizada uma oficina interativa sobre a juventude do Xingu e dos povos amazônicos.

O encerramento do evento foi marcado pela emoção, com a recepção da Carta do I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas em uma mística que incorporou os demais participantes, e com a secretária Severine Macedo (SNJ/SG), o secretário Jerônimo Rodrigues Souza (SDT/MDA) e a diretora Viviane Fernandes Faria (SECADI/MEC).



Pós-evento

Como encaminhamentos pós I Seminário, a Secretaria Nacional de Juventude se colocou à disposição para contribuir com a articulação entre os Ministérios para a construção de uma Política Nacional de Juventude para o segmento.

O GTJR da SNJ terá como agenda de trabalho analisar as propostas elaboradas no I Seminário à luz das resoluções da 1ª e da 2ª Conferência Nacional da Juventude e das pautas entregues pelos movimentos sociais na SNJ.



Metodologia

O I Seminário representou para a SNJ o esforço de buscar novas metodologias de participação social. O formato do Seminário foi debatido no Grupo de Trabalho da Juventude Rural/SNJ com os movimentos sociais, representantes do governo federal e especialistas. Nesse sentido acordou-se que este não seria um espaço deliberativo e sim consultivo, portanto, todas as contribuições com ou sem consenso seriam registradas nos espaços de trabalho do Seminário. Foi constituída uma coordenação de acompanhamento do Seminário com representantes do governo federal (SNJ e MDA), dos movimentos e organizações juvenis, bem como de pesquisadores. Esse grupo se reuniu em mais de um momento ao longo do Seminário para avaliar o andamento dos trabalhos e encaminhar os passos seguintes.

A estrutura metodológica do Seminário contou com os seguintes espaços:

1. Mesas de trabalho
2. Oficinas (de imagens e temáticas)
3. Mostra cultural
4. Balanço e contribuições finais

Mesas de trabalho

O Seminário foi constituído por duas mesas de trabalho que trataram dos temas: “Juventude Rural e a permanência no campo e na floresta: vida, terra e sustentabilidade” e “Os desafios da construção das políticas públicas para a juventude rural”.

Estes espaços contaram com a participação de gestores do governo federal, representantes de conselhos e comitês de políticas públicas, jovens lideranças dos movimentos sociais, professores, pesquisadores e observadores. A mesa de debate teve como objetivo provocar os (as) participantes a refletir, avaliar e propor questões acerca das políticas públicas existentes e das demandas apresentadas pelas pautas políticas da sociedade civil.

Cada mesa de trabalho dedicou tempo para as intervenções dos (as) participantes do seminário, estabelecendo uma interação com os (as) expositores (as).

Oficinas (de imagens e temáticas)

O espaço das oficinas dedicou-se ao detalhamento dos debates e proposições de políticas públicas e controle social, com a devida sistematização das idéias. As oficinas foram pensadas em duas modalidades: oficina de imagens e oficina temática.

A *oficina de imagens* sobre a juventude trabalhadora assalariada no corte da cana-de-açúcar envolverá todos os participantes e foi coordenada pelo professor Roberto Novaes (UFRJ) e Carlita da Costa (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cosmópolis). O objetivo desse espaço foi apresentar e sensibilizar os participantes acerca das condições de trabalho dos (as) jovens no meio rural a partir da realidade da produção canavieira. A partir dessa expressão da juventude rural, do viver e trabalhar no meio rural brasileiro, a ideia foi dialogar com o conjunto dos participantes do Seminário sobre as trajetórias desses jovens que vivenciam a experiência de migrar para trabalharem em culturas sazonais; conhecer suas percepções do presente e sonhos de futuro e seus conflitos; apreender e compreender suas demandas e condições de vida e trabalho.

As *oficinas temáticas* tiveram a duração de um dia com intervenções sobre experiências na parte da manhã, construção de avaliação e propostas na parte da tarde. As oficinas foram direcionadas ao debate sobre os desafios, possibilidades e o acúmulo de experiências para a construção de uma política nacional para a juventude rural. Para tal foi proposto um método de registro e mediação do debate para tratar de três perspectivas: a) uma avaliação das políticas públicas atuais para a juventude rural, seus limites e desafios; b) formularam propostas para a melhoria ou criação de políticas públicas; c) propostas para a participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural. Contamos com a colaboração de professores, educadores populares na mediação e relatoria compartilhada com os e as jovens dos movimentos sociais e organizações juvenis.

Os e as participantes escolheram o tema de seu interesse das 10 oficinas temáticas, (sete temas específicos da juventude rural e três oficinas especiais).

Oficina 1: Juventude das Comunidades e Povos Tradicionais: igualdade étnico-racial

Oficina 2: Juventude Rural, gênero, sexualidade e diversidade sexual

Oficina 3: Juventude Rural e Trabalho Assalariado

Oficina 4: Juventude Rural da agricultura Familiar e camponesa: trabalho e renda

Oficina 5: Juventude Rural e a sucessão no campo e na floresta: acesso a terra, agroecologia e condições de produção

Oficina 6: Juventude Rural e educação do campo

Oficina 7: Juventude Rural e a permanência no campo e na floresta, cultura, esporte, lazer, saúde mobilidade, tecnologias da informação e comunicação.

Oficina especial 1: Juventudes Indígenas: igualdade étnica e direito a vida

Oficina especial 2: Juventude Rural e a Rio + 20

Oficina especial 3: Xingú

Mostra Cultural

Na noite do terceiro dia foi realizada uma mostra cultural marcada pela confraternização dos participantes, aberta para a manifestação e interação das diferentes expressões culturais do conjunto dos/das jovens rurais presentes no Seminário.

Balanco e contribuições finais

No último dia do Seminário foi realizada uma mesa de balanço com a participação de especialistas e representante da SNJ para apresentar um balanço do evento. Os pesquisadores Prof. Marilda Menezes e o Prof. Valmir Strapasolas apresentaram uma avaliação positiva do evento, que garantiu a diversidade da juventude rural e ampliou o debate mais tradicional direcionado para a juventude da agricultura familiar e dos assentamentos rurais para a realidade do trabalho assalariado, da vida dos jovens quilombolas e indígenas. Ressaltaram ainda o importante leque de temas e questões para além das condições de produção, que pontuaram preocupações com a qualidade de vida, a sucessão rural e a reforma agrária, entre outras questões centrais para a permanência dos e das jovens no campo e na floresta. Para a Secretaria Nacional de Juventude o evento foi muito além do planejado e das expectativas com a produção de mais de 140 propostas para a formulação de políticas públicas, o que representou um salto na participação social para a formulação de políticas juvenis.

A mesa de encerramento foi reformulada para atender a demanda da entrega das contribuições dos movimentos sociais e organizações juvenis, no formato da Carta do I Seminário Nacional Juventude e Políticas Públicas, em uma mística final marcada pelo diálogo entre as organizações e jovens do campo e das florestas. Esse esforço se materializou na apresentação de uma agenda prioritária para o Governo Federal representado pela secretária Nacional de Juventude, Severine Macedo, da Presidência

da República, pelo secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA e pela diretora Viviane Fernandes Faria da Diretoria de Política de Educação do campo, indígena e para as relações étnico/raciais (MEC).

Registro do Seminário e Documentário sobre a vida dos jovens rurais

O Seminário foi registrado por gravação de imagem e por meio de relatoria para a futura edição de um livro e de um documentário sobre o evento. Somada a essa iniciativa, durante o Seminário, foram realizadas a captação de imagens com depoimentos dos (as) jovens rurais e da mostra de experiências com o objetivo de dar mais visibilidade as suas trajetórias. Para esse esforço tivemos a satisfação de contar, com o professor José Roberto Novaes, documentarista da realidade dos trabalhadores rurais e dos jovens trabalhadores migrantes da cana-de-açúcar.

Balanço e acompanhamento externo

Para o registro do evento e um relato de balanço, o Seminário contou com a colaboração de dois pesquisadores da realidade da juventude brasileira: Marilda Menezes (UFCEG) e Valmir Strapasolas (UFSC).

Avaliação do evento pelos participantes

No dia 24, último dia do Seminário foi distribuída uma ficha de avaliação e detalhamento do perfil dos participantes.



Perfil dos Participantes

Participação da Sociedade Civil

1. ACIAC
2. ARTICULAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO NORDESTE, MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO - APOINME
3. ARQUISABA/QUILOMBOLA
4. ASSOCIAÇÃO JOVENS MIGRANTES
5. CÁRITAS BRASILEIRA
6. COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA - COIAB
7. COMISSÃO NACIONAL INDÍGENA
8. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORES DA AGRICULTURA - CONTAG
9. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT
10. ESCOLA DE FORMAÇÃO QUILOMBO DOS PALMARES - EQUIP
11. FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MS
12. FERAESP

13. FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO BRASIL - FETRAF
14. FÓRUM NACIONAL DE JUVENTUDE NEGRA - FONAJUVE
15. GERAJU
16. IBF
17. INSTITUTO DE JUVENTUDE CONTEMPORÂNEA - IJC
18. INDIGENAS MACUXIS
19. INSTITUTO ALIANÇA
20. INSTITUTO DE IMAGEM E CIDADANIA
21. JIGA
22. LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE
23. MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB
24. MEPES
25. MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS - MMC
26. MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA - MOC
27. MOVIMENTO DAS CATADORAS DE MANGABA
28. MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES-MPA
29. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA -MST
30. NÚCLEO SERTÃO VERDE
31. ORGANIZAÇÃO DE JOVENS INDÍGENAS POTIGUARA (OJIP)
32. PASTORAL DA JUVENTUDE DO MEIO POPULAR
33. PASTORAL DO MIGRANTE
34. PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL
35. PASTORAL DA JUVENTUDE
36. POVOS INDÍGENAS DO XINGU
37. PROGRAMA VALORIZAÇÃO JUVENTUDE RURAL - ES
38. QUILOMBO DE PINHEIRAL
39. RAIZES DA TRADIÇÃO
40. REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ - RECID
41. REDE DE JOVENS DO NORDESTE

42. REDE DE JUVENTUDE INDÍGENA - REJUIND
43. REJUMA
44. REJUPE
45. REPRESENTANTES JOVENS DAS COMUNIDADES E POVOS TRADICIONAIS
QUILOMBOLAS - RJ
46. SERVIÇO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA - SERTA
47. SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS DE COSMÓPOLIS
48. UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E
ECONOMIA SOLIDÁRIA - UNICAFES
49. VIRAÇÃO EDUCOMUNICAÇÃO

Conselhos e Colegiados

1. CONSELHEIROS DO CONJUVE
2. COLEGIADOS TERRITORIAIS DOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA
3. CONSELHEIROS DO CONDRAF

Participantes do governo federal e governos estaduais

1. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
2. Ministério do Meio Ambiente (MMA)
3. Ministério da Educação MEC
4. Ministério da Saúde (MS)
5. Ministério das Comunicações (MC)
6. Ministério da Cultura (MINC)
7. Ministério da Justiça (MJ)
8. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
9. Fundação Nacional do Índio (FUNAI)
10. Secretaria de Políticas de Promoção à Igualdade Racial (SEPPIR)
11. Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da
República (SNAS/SG)
12. Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República
(SNJ/SG)
13. Secretaria de Direitos Humanos (SDH)

14. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)
15. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)
16. EMATER - Distrito Federal
17. Banco do Brasil (BB)
18. Secretaria de Juventude do Distrito Federal
19. Secretaria de Agricultura do Espírito Santo

PESQUISADORES UNIVERSIDADES E PROGRAMAS DE LICENCIATURAS

1. COLÉGIO PEDRO II
2. LICENCIATURA DO CAMPO/UNB
3. PROGRAMA DE APOIO À FORMAÇÃO SUPERIOR DE PROFESSORES QUE ATUAM EM ESCOLAS INDÍGENAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA - PROLIND/ UFCG
4. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
5. UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ - UVA/GEPECJU
6. UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
7. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
8. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
9. UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO.
10. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
11. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
12. UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Perfil dos Inscritos

Dos jovens participantes contamos com uma maioria de mulheres (Gráfico 1). A participação por idade concentrou em jovens da faixa de 22 a 29 anos, com participação equivalente entre jovens homens e mulheres por faixa etária (Gráfico 2). Houve ampla representação de jovens no que concerne à origem por estados (Gráfico 3), com distribuição por sexo, que variou entre os estados (Gráfico 4). No que concerne à idade percebemos uma concentração de jovens por faixa, com uma participação bastante diversificada no que concerne aos estados.

Gráfico 1 - Inscritos de acordo com o sexo

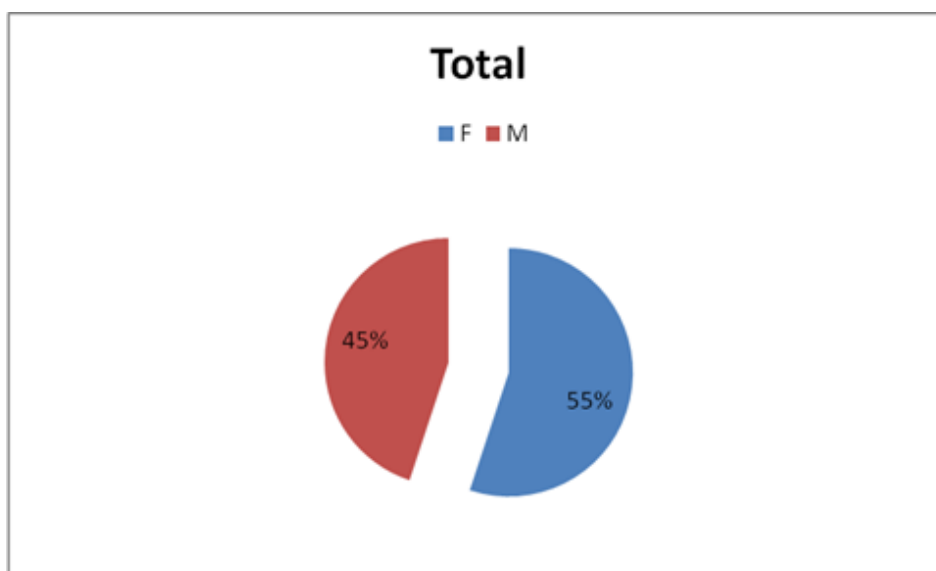


Gráfico 2 - Inscritos de acordo com sexo e idade

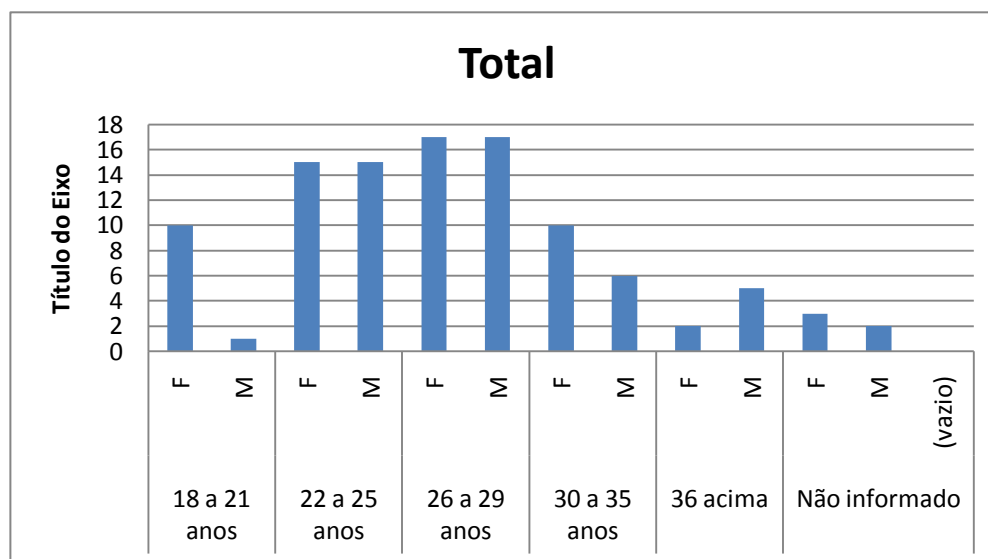


Gráfico 3 - Inscritos de acordo com a origem por estado

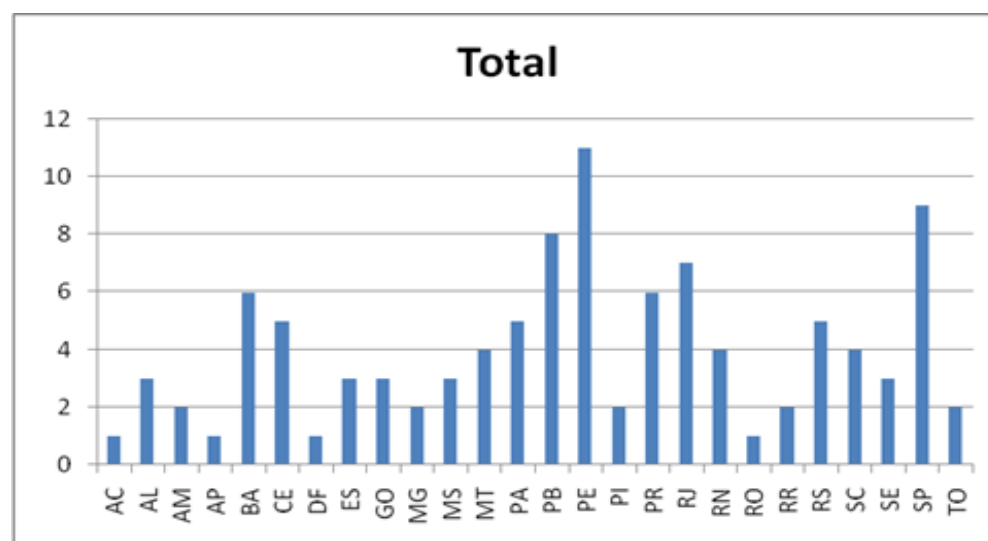
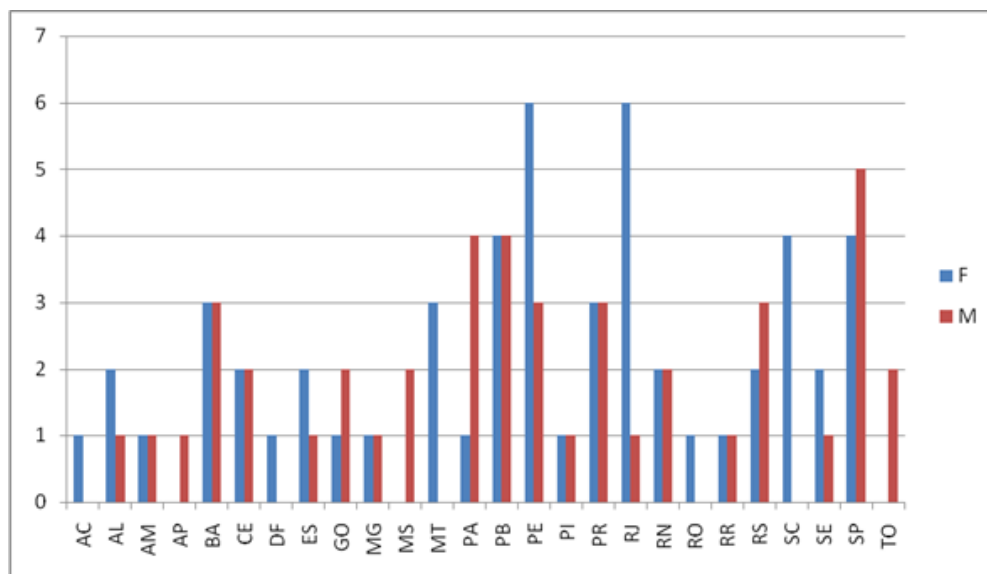


Gráfico 4 - Inscritos de acordo com origem por estado e sexo



Pesquisa do Perfil dos Participantes e avaliação do evento

No último dia do evento foi aplicado um questionário para colher informações do perfil dos participantes e sua avaliação do evento. No total 55 participantes foram entrevistados.

O perfil demográfico dos jovens participantes que responderam nossa pesquisa confirmam os dados levantados na ficha dos informantes. Quanto ao sexo, a maioria dos participantes foi de mulheres (Gráfico 5); no quesito idade houve a concentração de jovens da faixa etária de 22 a 29 anos, com participação equivalente entre jovens homens e mulheres por faixa etária (Gráfico 6), e a ampla representação no que concerne a origem por estados (Gráfico 7). Outras informações puderam ser observadas com esse segundo instrumento. Na auto-atribuição da cor ou etnia a maioria se declarou branca. Houve uma participação importante de jovens de outras raças e etnias (Gráfico 7). No que concerne à escolaridade surpreende e confirma outras pesquisas, com a alta escolaridade dos jovens participantes. Considerando que são em sua maioria jovens lideranças os dados corroboram com a afirmação do esforço dos movimentos sociais na educação formal como parte da formação de quadros (Gráfico 9). A maioria declarou morar com os pais (Gráfico 10). O Conjuve é bem conhecido pelos participantes, ao contrário dos conselhos municipais (Gráfico 11 e 12). Quase 90% dos jovens entrevistados têm acesso à internet e às redes sociais. Ainda que esse dado não reflita a realidade da juventude rural como um todo, pois sabemos que o acesso à internet no campo ainda é restrito, o dado reforça a importância do uso dessa ferramenta no diálogo com a juventude rural e ainda da valorização da internet pelos mesmos.

Gráfico 5 - Participantes por sexo

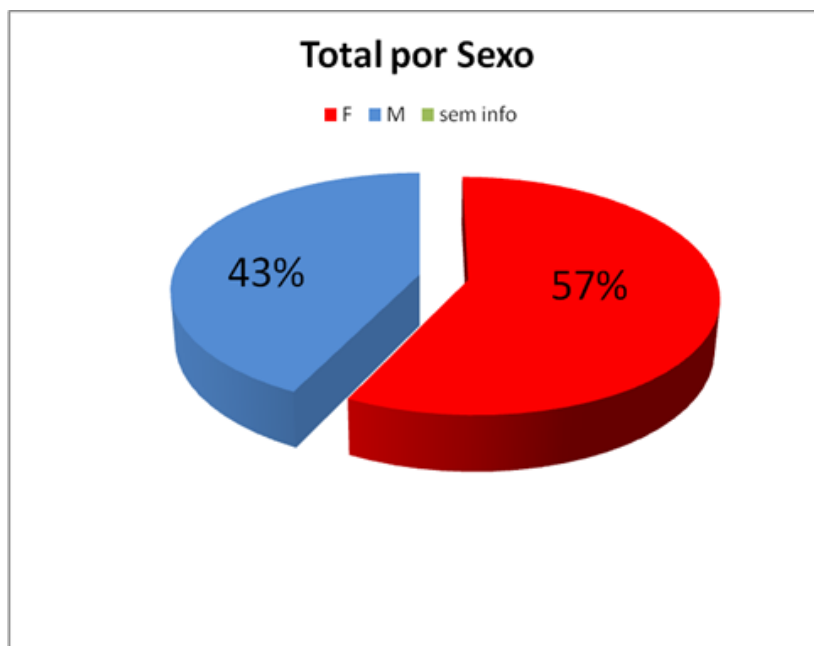


Gráfico 6 - Participantes por idade

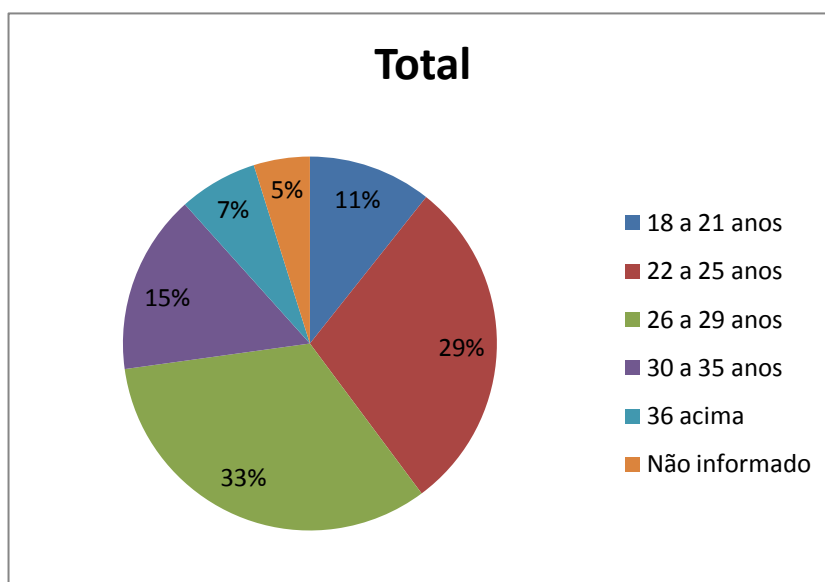


Gráfico 7 - Participantes por cor/etnia auto-atribuída

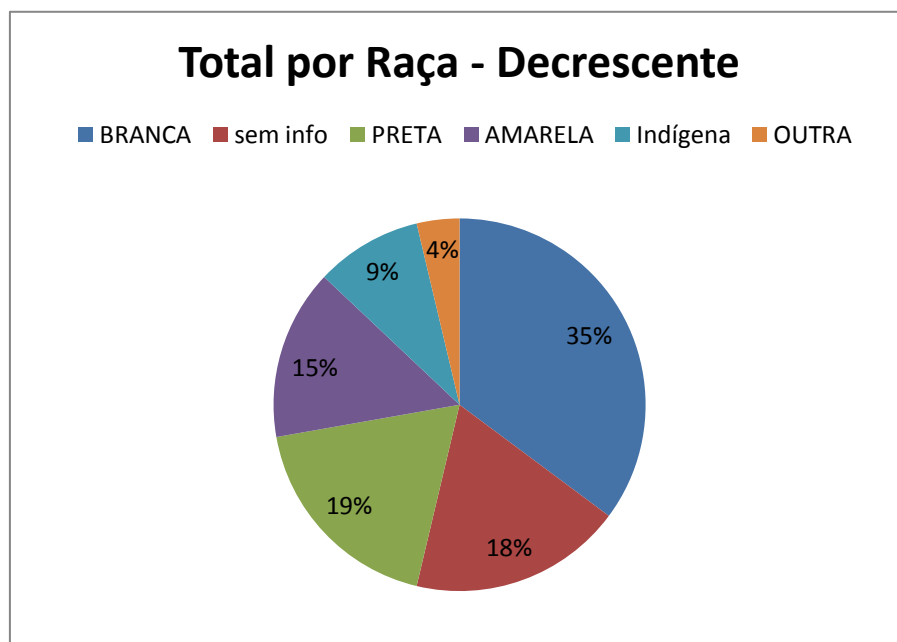


Gráfico 8 - Participantes por estado de origem

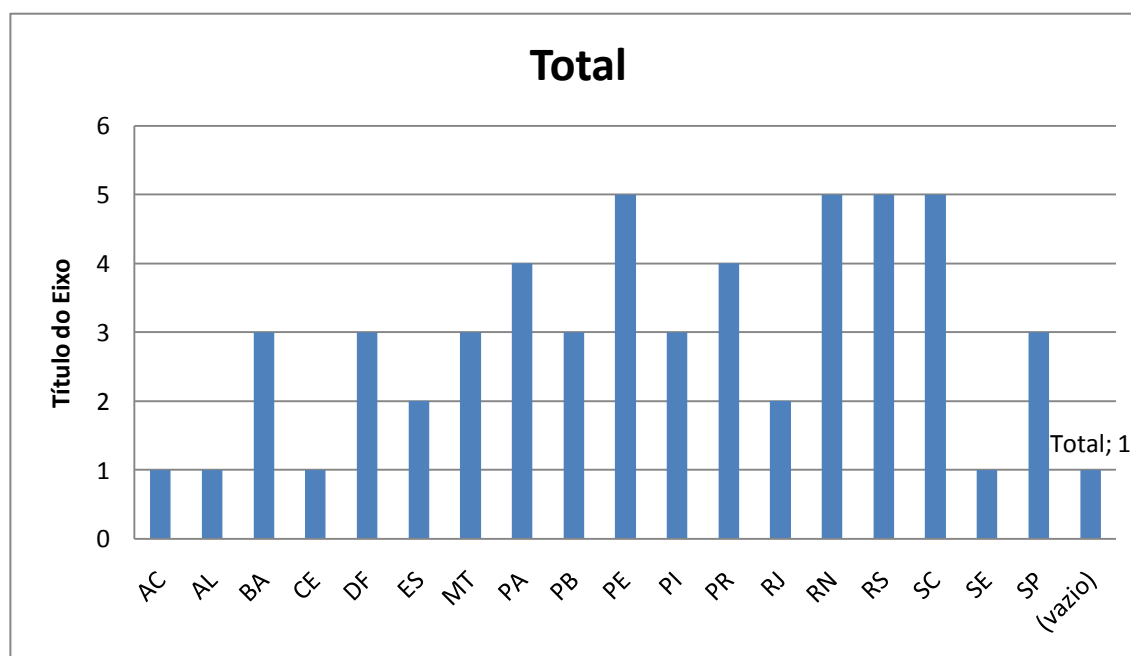


Gráfico 9 - Participantes por Escolaridade

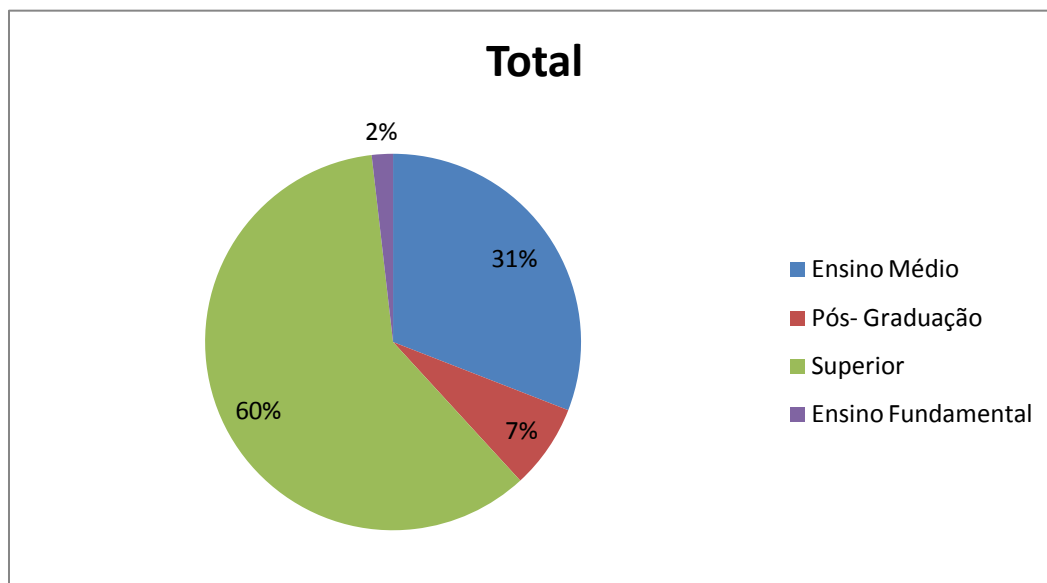


Gráfico 10 - Participantes que moram com os pais

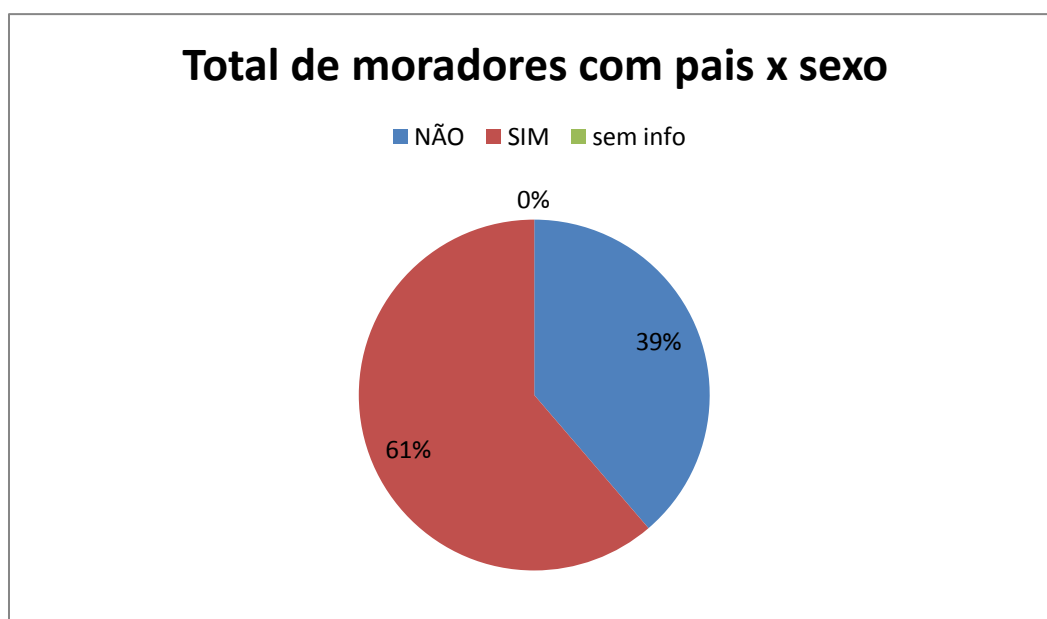


Gráfico 11 - Participantes que conhecem o Conjuve

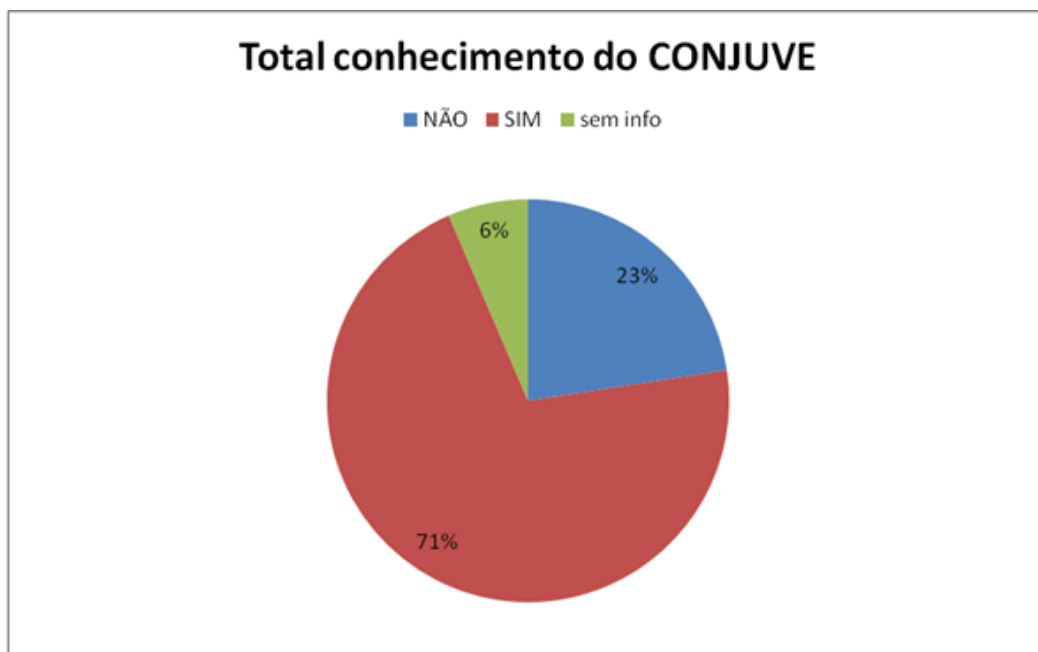


Gráfico 12 - Quem conhece o Conselho Municipal do seu município

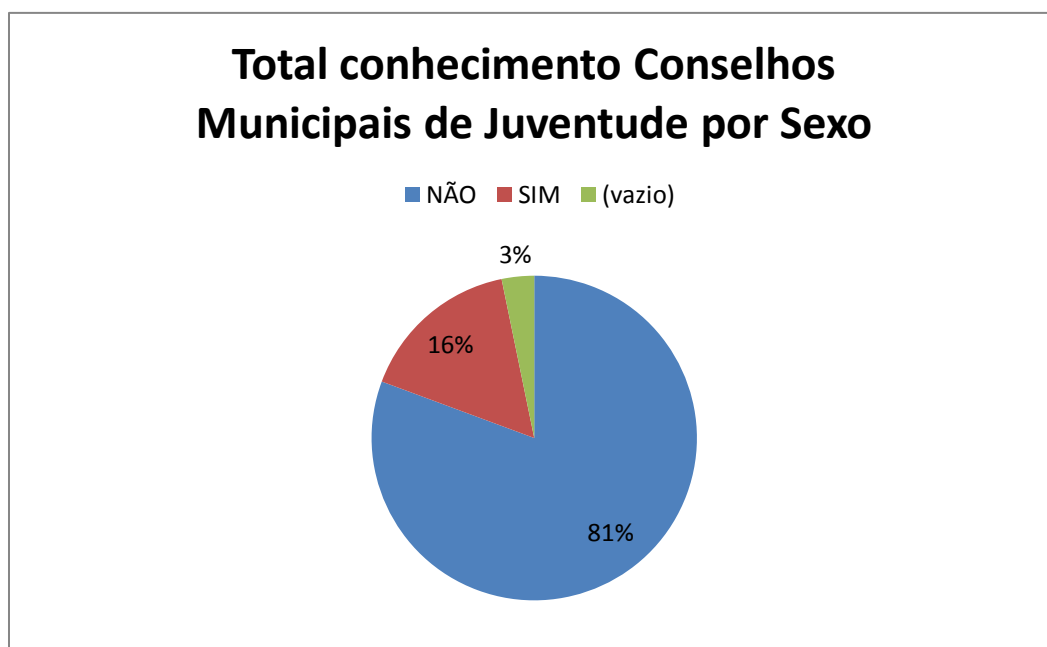


Gráfico 13 - Acesso à internet

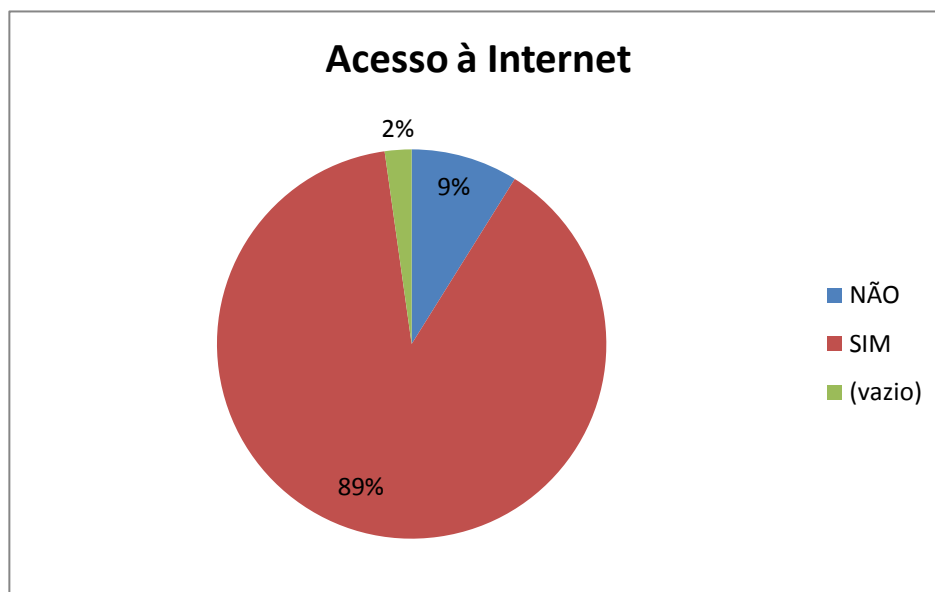
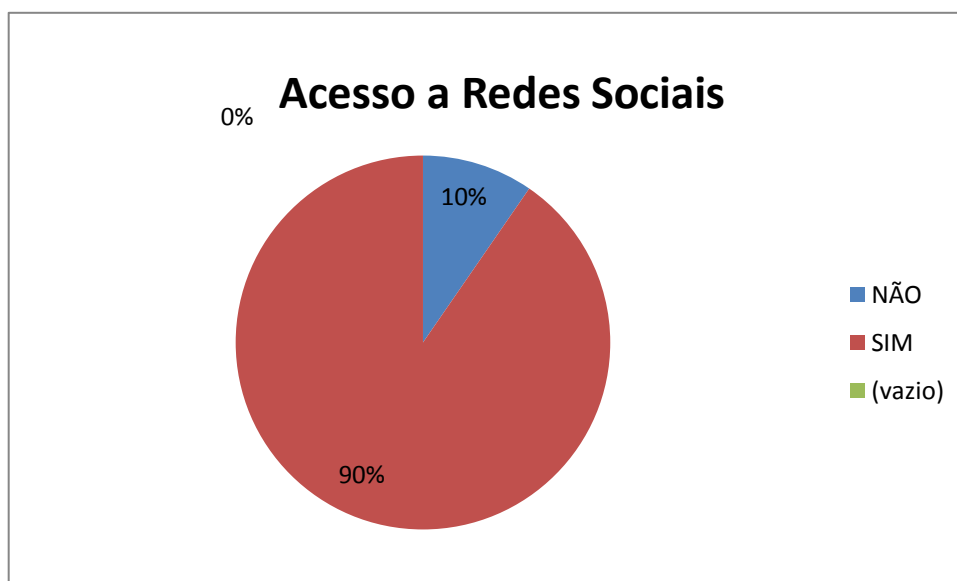


Gráfico 14 - Jovens que utilizam redes sociais





Resultado das oficinas de trabalho: avaliação e propostas

Os resultados foram sistematizados a partir dos três tópicos trabalhados nas oficinas:

1. Desafios e limites das políticas públicas para a juventude rural;
2. Propostas para a reformulação ou para novas iniciativas de políticas públicas;
3. Propostas para a participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural.

Todo o material da relatoria das oficinas foi preservado na íntegra e encontra-se em anexo (anexo I). Segue a sistematização resumida dos resultados.

Desafios e limites das políticas públicas para a juventude rural

As avaliações dos desafios e limites das atuais políticas públicas foi alvo de intenso debate nas oficinas e nas mesas, tanto dos representantes do governo federal quanto dos e das jovens. A constatação dos problemas que a juventude rural enfrenta e que fortalecem a tendência ao êxodo rural foi recorrente. Ocorreu consenso em relação à necessidade de uma Política que efetivamente garanta as condições de vida, trabalho e renda, e acesso a direitos como educação, saúde e mobilidade. Reforçou-se ainda a

demanda pelo direito à vivência juvenil no campo e nas florestas com acesso a condições de expressão cultural, desportiva, de lazer, de interatividade nas redes virtuais. Outro tema abordado é a necessidade de se garantir que as políticas atendam a diversidade de gênero, cultural, étnico/racial e regional da juventude rural. As políticas atuais foram tratadas de forma densa nas oficinas e sua avaliação encontra-se no anexo I. As avaliações apontaram a necessidade de reformulação das políticas e ampliação de alguns programas e a importância de se criar novos mecanismos especialmente para o fomento das atividades produtivas.

Propostas de políticas públicas

As 144 propostas sistematizadas a seguir foram agregadas a partir da produção em cada oficina, tendo sido observados situações de duplicidade, sendo mantida uma das redações com supressão da duplicidade. Em alguns casos foi realizado deslocamento para o eixo considerado o mais adequado tematicamente.

EIXO Juventude das Comunidades e Povos Tradicionais Rurais: igualdade étnico/racial

1. Acelerar a política de reconhecimento e titulação das terras dos povos e comunidades tradicionais.
2. Apoiar o processo de criação dos canais de comunicação nos povos e comunidades tradicionais. No caso das rádios comunitárias, buscar alterar a legislação para dar maior celeridade à concessão do uso para o seu funcionamento, como forma de fortalecer e ampliar a divulgação e valorização desses povos.
3. Investimento público nos povos e comunidades tradicionais, na preservação e valorização dos fazeres tradicionais, a exemplo das sementes crioulas, artesanatos e patrimônios materiais.
4. Realização de campanha massiva de divulgação e valorização dos povos e comunidades tradicionais.
5. Promover a possibilidade de adesão dos e das jovens quilombolas na campanha Igualdade Racial pra Valer, promovida pela SEPPIR.
6. Implementação do Programa Saúde da População Negra, entre os jovens dos povos e comunidades tradicionais.
7. Levar a Campanha Nacional contra o Extermínio de Jovens e a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra para a juventude quilombola.
8. Priorização da implementação da Lei 10.639/03, do Parecer CNE/CP 03/2004 e Resolução CNE/CP 01/2004. Fortalecer a participação da sociedade civil, especialmente dos jovens das comunidades tradicionais, nos fóruns Estaduais de Educação e Diversidade, para acompanhamento das ações previstas na Lei 10.639/031.

¹ O Prof. Paulo Carrano Coordenador do Observatório da Juventude da UFF nos forneceu a seguinte nota técnica sobre o tratado nessa proposta. 10.639/2003 E 11.645/2008 – “Desde 2003, com a sanção da lei 10.639, o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana se tornou obrigatório

9. Apoiar a criação de rede de juventude dos povos tradicionais, garantindo a participação nos espaços estaduais e nacional.
10. Garantir que o e a jovem quilombola sejam sujeito dos saberes tradicionais, se reconheçam como cidadãos brasileiros e tenham acesso à escolarização plena, formação cultural ampla e o direito à formação técnico-profissional.
11. Construir redes de formação, inclusão digital, e de promoção de atividades culturais.
12. Política de incentivo à formação dos professores das comunidades tradicionais.
13. Capacitação dos jovens para concorrer aos editais e executar os projetos e programas de políticas públicas existentes.
14. Inserir os povos e comunidades tradicionais nas linhas de crédito existentes.
15. Garantir a aplicabilidade das propostas aprovadas na 2ª Conferência Nacional da Juventude 2011.

EIXO Juventude rural e gênero, sexualidade e diversidade sexual

16. Política de assistência técnica que leve em consideração questões como: desigualdade de gênero e geração; formação para jovens mulheres – educação formal e não-formal - que considere o direito ao corpo, sexualidade e à diversidade sexual.
17. As políticas sobre saúde e direitos sexuais devem trazer informações suficientes para que as jovens rurais possam conhecer o funcionamento de seu corpo e fazer suas escolhas, qualificando profissionais da saúde para atenderem sem discriminação em função da orientação sexual.
18. Melhoramento/reformulação das políticas de comercialização da produção rural que já existem, ampliando a participação das jovens mulheres.
19. Políticas de fomento para capacitação e infraestrutura que incluam todas as etapas produtivas (produção, industrialização e comercialização) específicas

nas escolas de todo o país. Em 2008, a lei 11.645 somou a esse conteúdo a obrigatoriedade da história e cultura indígena nos currículos. A garantia da implementação dessas propostas nas escolas é responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC). <http://diversaescola.blogspot.com.br/2011/10/diversidade-sociocultural-brasileira-em.html> “

PARECER CNE - CNE/CP 03/2004 <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf> “O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe à divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.” **RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004.** (*) “Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico - Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.” <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>”

- para a geração de trabalho e renda para as mulheres jovens rurais, de forma desburocratizada, enfocando a agricultura camponesa agroecológica.
20. Políticas que garantam a infraestrutura necessária para a transição para a agroecologia.
 21. Campanhas nos meios de comunicação que valorizem a vida no campo e na floresta, contribuindo para superação de estereótipos, preconceitos, discriminações e mostrando a diversidade que existe (gênero, raça/etnia, sexualidade, geração).
 22. Promover a inclusão digital na zona rural com paridade de participação das jovens mulheres (telecentros).
 23. Garantir 6 meses de salário maternidade para as jovens mulheres rurais.
 24. Viabilizar uma educação do campo não sexista, antiracista e contra a homofobia.
 25. Garantir o acesso à titularidade da terra às jovens do meio rural, como direito de permanecer no campo e na floresta e exercer com dignidade a profissão de agricultora.
 26. Políticas de capacitação à geração de renda na área da cultura e de valorização das manifestações culturais e artísticas protagonizadas pelas jovens mulheres rurais.
 27. Criação/ampliação dos espaços de sociabilidade e lazer nas comunidades rurais, ribeirinhas e quilombolas, com alternativas e garantias à participação das jovens mulheres rurais.
 28. Criação de creches nas comunidades rurais.
 29. Garantir que o poder de decisão sobre a renda seja compartilhado com as jovens mulheres rurais.

EIXO Juventude Rural e o Trabalho Assalariado

30. Antecipação da aposentadoria para o/a trabalhador/a assalariado/a rural.
31. Maior agilidade ao processo de aposentadoria dos/as trabalhadores/as assalariados rurais por acidentes de trabalho.
32. Reconhecimento pelo INSS da LER/DORT no âmbito do trabalho assalariado rural.
33. Elevar o piso salarial da categoria e criar mecanismos para o controle da produção “quadra fechada”².
34. Elaborar e implementar um marco regulatório do trabalho assalariado rural que não se restrinja ao piso salarial.
35. Garantir condições efetivas para que o exame médico demissional seja minucioso.

²Em linhas gerais, pode-se resumir o funcionamento do sistema “quadra fechada” da seguinte forma: antes de iniciar o trabalho, a cana de uma quadra inteira (de um talhão inteiro)¹¹ é medida para se saber quantos metros lineares de cana existem nela. Depois disto, se inicia o trabalho e os trabalhadores passam a cortar toda a cana existente naquela quadra. Terminado o corte, toda cana cortada é colocada num caminhão e levada para a balança da usina. Depois de ser realizada a pesagem, encontra-se a quantidade de toneladas de cana por metro linear existente naquela quadra, através da divisão do peso da cana pela quantidade de metros lineares da quadra. Após encontrar a relação tonelada/metro, insere-se nela o valor do preço da tonelada (o qual já foi definido no Acordo Coletivo de Trabalho), para se descobrir o preço do metro linear de cana (CORRÊA, 2007; ALVES, 2008; NOVAES, 2009).

36. Acesso à terra, por meio da Reforma Agrária, para garantir a autonomia econômica e política dos trabalhadores/as assalariados/as rurais.
37. Acesso à educação do campo, em todos os níveis de ensino, inclusive nos períodos de safra, associada a processos formativos que abordem a dimensão dos direitos humanos e trabalhistas para os trabalhadores/as assalariados/as rurais.
38. Ampliar a oferta de ensino, por meio da pedagogia da alternância nos territórios de migração (regiões de origem), na intenção de estimular outras oportunidades de trabalho e renda.
39. Destinar bolsas de estudo para todos os jovens estudantes rurais, especialmente para que os/as trabalhadores/as assalariados/as rurais possam acessar a formação em todos os níveis.
40. Ampliar investimentos em políticas de formação superior no campo, a exemplo do Pronacampo e do Pronera, assegurando a inclusão dos/as trabalhadores/as assalariados/as rurais.

EIXO Juventude rural: agricultura familiar e camponesa, trabalho e renda

41. Ter acesso à terra por meio da reforma agrária para a juventude rural.
42. Reeditar um programa similar ao consórcio social da juventude, no qual o projeto seja financiado pelo governo com maior tempo de execução e garantia de sua implementação pelos movimentos sociais, com recurso para investimento na unidade produtiva.
43. Fomento diferenciado para jovens rurais que querem reconverter a propriedade para a agroecologia no valor de R\$30.000,00.
44. Que o programa tenha como prioridade as regiões norte e nordeste (em especial o semiárido) e que todos os jovens aptos da unidade familiar tenham acesso. Que sejam propostos caminhos desburocratizados de acesso para o programa.
45. Política de cotas para que a juventude da agricultura familiar e camponesa tenha acesso à universidade, assegurando bolsa permanência.
46. Programa de residência universitária para os jovens recém formados, para que retornem a sua localidade de origem com bolsa para a manutenção.
47. Criar um programa para "rejuvenescer" o rural que reúna um conjunto de políticas para a instalação de novas unidades produtivas por jovens agricultores familiares e camponeses nas regiões com baixo nível de sucessão na agricultura familiar.
48. Linha de crédito facilitada dentro do BNDES para associações e cooperativas de jovens rurais, onde estes estejam inseridos em qualquer tipo ação produtiva agrícola ou não agrícola, com juros subsidiados pelo BNDES.
49. Política de reconversão produtiva do fumo para outras culturas que assegurem a renda no processo de transição.
50. Estimular a organização da produção construindo e fortalecendo as cooperativas, as associações e os grupos de produção.
51. Criação de um programa específico para a juventude rural, de agroindústria, comercialização, beneficiamento e escoamento da produção.

52. Apoio governamental para espaços de socialização das experiências exitosas de produção protagonizadas pelos jovens rurais.
53. Assegurar espaços para a juventude na Feira Nacional da Agricultura Familiar.
54. Contratação de técnicos rurais (ATER), priorizando jovens e mulheres, com formação agroecológica.
55. Garantir a participação dos jovens nos colegiados territoriais e conselhos territoriais.
56. Política específica para financiar o projeto profissional dos jovens das Escolas Família Agrícola e Escolas Agrotécnica, que sejam filhos/as ou jovens agricultores familiares e camponeses.
57. Que os órgãos de assistência técnica dos estados funcionem.
58. Garantir o acesso à DAP aos jovens, independente daquela da família.
59. Criação de programa que esteja vinculado à permanência da juventude no campo e que tenha um limite de R\$20.000,00 com juros zero, para jovens com 16 anos ou mais, com o prazo de pagamento de 12 anos, carência de 8 anos, rebate de 50% no pagamento em dia, que a assistência técnica esteja incorporada no projeto, 2% e mais 3% pelo governo.
60. Revisão do Crédito Fundiário, em especial o Selo Nossa Primeira Terra.
61. No mínimo 50% a fundo perdido.
62. Incluir a possibilidade de compra da terra por pessoas próximas e parentes de primeiro grau.
63. Juros zero.
64. Rebate do recurso de 50% da parcela se for pago em dia.
65. Rever o valor do teto do programa.
66. Aumentar o prazo do pagamento do crédito.
67. Capacitação financiada pelo governo federal para os jovens acessarem o programa, executado pelas organizações.
68. Garantir assistência técnica. O valor da assistência técnica deverá ser incorporado ao projeto correspondendo a um total de 2% do financiamento pago pelo jovem e o restante da assistência técnica deve ser atendida pelo governo.
69. Pronaf Jovem
 - a. Respeitar a realidade de cada estado e cada região;
 - b. Construir outras formas de operacionalizar o crédito de forma diferenciada e com maior variedade de linhas, diminuir juros, ampliar prazos e ampliar carência;
 - c. Transformar o Pronaf Jovem em um programa de permanência da juventude rural no campo e a na floresta, com limite de R\$80.000,00, juros zero, prazo de pagamento de 12 anos, com carência de 8 anos, com rebate de 50% nas parcelas pagas em dia; capacitação obrigatória, com o governo garantindo o cursos de capacitação.
70. PAA E PNAE
 - a. Cota de 30% dos recursos para projetos de produção de juventude do PNAE e do PAA;

- b. Que os e as jovens tenham garantida a venda dos seus produtos de forma independente do valor total da família;
 - c. Rever método de fiscalização e implementação que não sejam pelas prefeituras para PAA;
 - d. Garantir recurso no PAA para assistência técnica;
 - e. A assistência técnica ser via política de ATER;
 - f. Fomento para produção de alimentos em comunidades tradicionais rurais, inserido-as no PAA e no PNAE;
 - g. Os programas PAA e o PNAE sejam 100% da agricultura familiar e camponesa, sendo 10% da produção orgânica e agroecológica.
71. Garantir 30 % das vagas em concursos públicos de ATER para jovens.

EIXO Juventude do campo e da floresta, sucessão e perspectivas de produção sustentável: acesso a terra, agroecologia e condições de produção

- 72. Criação de programas de agroindústrias para as áreas rurais, priorizando a juventude dos assentamentos, das áreas quilombolas, indígenas, na produção, comercialização e beneficiamento da produção.
- 73. Reforma Agrária ampla, massiva de qualidade e integral, que altere a estrutura fundiária do país através da desapropriação dos latifúndios, e contemple a juventude rural.
- 74. Regularização Fundiária com 50% de subsidio para o acesso a terra com juros e aumento do valor financiando até R\$200.000,00. A possibilidade de comercialização de terras entre pais e filhos.
- 75. Assentamento imediato das famílias acampadas.
- 76. Condições de produção: controle do avanço do agronegócio, por meio de apoio aos bancos de semente crioulas, acesso a implementos agrícolas para a agricultura familiar.
- 77. Revisão da Lei de ATER, visando ao fortalecimento da política de assistência especializada na produção agroecológica e aos produtores jovens.
- 78. Campanha massiva de valorização da agricultura familiar e camponesa e dos povos e comunidades tradicionais, e da permanência dos jovens no campo e na floresta.
- 79. Criação de conselhos municipais e estaduais de juventude, onde não existam.
- 80. Fomento ou subsídios desburocratizando para as unidades produtivas de jovens da agricultura familiar e camponesa.

EIXO Juventude Rural e a Educação do campo

- 81. Acabar com o fechamento das escolas do campo e garantir a reabertura de escolas nas áreas rurais.
- 82. Aplicação da Lei de Educação do Campo, instituída pelo decreto 411/2010, inclusão no Plano Nacional de Educação de cláusula que garanta a implementação da educação do campo na rede pública de ensino em todos os níveis e modalidades.

83. Estímulo e incentivo aos professores que trabalham na área rural e em áreas de comunidades e povos tradicionais, com edital específico para concurso público de educadores para escolas do campo, e formação específica para os educadores que atuam em escolas do campo.
84. Fortalecer o Pronera, garantindo os cursos de nível médio/técnico e superior para a juventude rural em toda a sua especificidade, em convênio com os IF's, Universidades Federais e Estaduais, e as organizações sociais credenciadas.
85. Curso de formação técnica em agroecologia, permacultura, ecoturismo e o turismo rural, nos Institutos Federais (IFs), Instituições Sociais Credenciadas, nas Universidades Federais e Universidades e Estaduais, nas Escolas Família Agrícolas (EFAs), utilizando a metodologia da pedagogia da alternância, e que os técnicos formados sejam absorvidos também nas áreas de reforma agrária, nas comunidades tradicionais.
86. Ensino superior em institutos e universidades públicas em todos os territórios e com cursos definidos em conjunto com a sociedade civil organizada.
87. Construção de escolas técnicas e institutos de formação no campo.
88. Educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental em todas as comunidades rurais.
89. Ensino fundamental e médio nucleados no campo, com turmas limitadas pelo número de estudantes em grupos de comunidades da agricultura familiar, camponesa e dos povos e comunidades tradicionais.
90. Reconhecimento efetivo das escolas indígenas, quilombolas, de povos tradicionais, ribeirinhos e itinerantes.
91. Transporte escolar de qualidade para as escolas do campo, ensino médio e superior.
92. Categorizar e qualificar as propostas dos programas para a educação do campo em vista do curto, médio e longo prazo.
93. Política estudantil (Programa Nacional de Assistência Estudantil) ampla, que contemple transporte, alojamento, alimentação.
94. Bolsas de estudo para a permanência do jovem nos cursos de ensino superior, com preferência para os cursos nas áreas das tecnologias, das ciências humanas, ciências agrárias, ciências da saúde, das engenharias.
95. Construção de escolas comunitárias do campo com educadores do próprio campo.
96. Fortalecimento da educação do campo: Fortalecimento e reconhecimento do governo das CEFFAs (Centros Familiares de Formação por Alternância) e CFRs (Casas Familiares Rurais), garantindo a diversificação ampliação dos cursos oferecidos no campo.
97. Fortalecer as escolas que utilizam a pedagogia da alternância como dinâmica educacional.
98. Projeto pedagógico que respeite a realidade e a vida dos sujeitos do campo.
99. Equiparação das experiências escolares da sociedade civil organizada às escolas públicas.

100. Gestão compartilhada das escolas com participação ativa dos sujeitos. Escolas do campo organizadas em sistema de autogestão, e que a definição do gestor seja feita pelos sujeitos envolvidos com o espaço escolar, com espaço de diálogo família – estudante - educador nas escolas do campo.
101. Ter como meta a produção de toda a merenda escolar pelos agricultores familiares, camponeses, povos e comunidades tradicionais, privilegiando a produção da comunidade onde está localizada a escola.
102. Promover espaços para valorizar a cultura rural nas escolas de todas as regiões.
103. Educação pública, gratuita de qualidade e com referência social nas áreas rurais e de povos e comunidades tradicionais.
104. Incorporação da igualdade de gênero nas escolas do campo.
105. Campanha de quebra da dicotomia campo e cidade.
106. Extensão do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) para o campo e para as áreas de povos e comunidades tradicionais, com a construção e melhoria de telecentros em todas as escolas do campo, com monitoria dos jovens da própria comunidade.
107. Garantia de projetos de capacitação para além da escolarização, com a gestão da sociedade civil organizada.
108. Projetos de formação com movimentos e organizações sociais do campo.
109. Realizar um diagnóstico da educação do campo no Brasil.
110. Fomentar pesquisas sobre a juventude rural e a relação com sua perspectiva de estudo e formação.
111. Espaços de esporte em todas as escolas do campo e das comunidades e povos tradicionais, que estejam a serviço da comunidade.
112. Introduzir no ensino médio uma disciplina específica que trate da discussão da juventude rural, garantindo uma educação contextualizada.
113. Projovem Campo
 - a. A formação das turmas pelos movimentos sociais, com reconhecimento dos educadores populares e em parceria com os municípios.
 - b. Produção de materiais regionalizados.
 - c. Fiscalização do cumprimento das condicionalidades pelo poder público municipal (órgão fiscalizador ser os órgãos executores).
 - d. Melhorar a infraestrutura do programa.
 - e. Aumentar a remuneração dos profissionais.

EIXO Juventude do campo e da floresta, direitos sociais, tempo livre e novas sociabilidades: cultura, esporte, lazer, saúde, mobilidade, tecnologias da informação e comunicação

114. Construção de centros culturais que permitam fácil acesso à cultura, esporte, lazer, cineteatros, cineclubismo, salas de oficinas, salas para criação audiovisual no campo.

115. Criação de um programa de esporte, cultura e lazer voltado para a juventude rural com formação de educadores, pagamento de profissionais da comunidade, material esportivo, infraestrutura adequada.
116. Construção de centros comunitários e quadras de esportes com toda infraestrutura necessária e apropriada para o campo, e onde já existir esses equipamentos, revitalizá-los.
117. Programa de formação da juventude rural que consiga dialogar com a cultura dos movimentos sociais, com conhecimento da realidade brasileira, formação política, questões agrárias e artísticas.
118. Promoção e financiamento de rádios comunitárias no campo que abranja a comunidade onde for instalada.
119. Inclusão da juventude rural nas condições objetivas da sociedade, com inclusão digital.
120. Universalizar os editais dos Territórios Digitais em todo o território nacional.
121. Construção de bibliotecas e videotecas comunitárias e acervo com temas literários, científicos, filosóficos, e materiais com ênfase nas questões agrárias.
122. Construção de unidades de saúde e manutenção dessas unidades. Garantir que o SUS forneça medicamentos fitoterápicos.
123. Garantir outros segmentos de profissionais de saúde dentro das unidades básicas do campo (nutricionistas, psicólogos, fisioterapeutas, etc).
124. Criar e garantir o orçamento participativo democrático nas Políticas Públicas para e com a juventude rural.
125. Provocar as Secretarias de Serviço Social para buscar maior envolvimento no meio rural para o acompanhamento das necessidades das famílias desse meio.
126. Intercâmbio nacional sobre experiências culturais exitosas com a juventude rural.
127. Financiar festivais e encontros da juventude rural.
128. Fortalecer a Secretaria Nacional de Juventude na articulação junto a todos os Ministérios.
129. Realizar mudanças necessárias na legislação, na administração e nas instituições para garantir o reconhecimento e as Políticas Públicas para e com a juventude rural.

Eixo Juventude Indígenas: igualdade étnica e direito à vida

130. Garantir o direito à terra e a execução de políticas públicas para assegurar a condição plena de jovem indígena, que passa pela sustentabilidade sociocultural. Para isso, é essencial fortalecer o protagonismo dos Jovens Indígenas em todos os espaços de decisão.
131. Efetivar as propostas de políticas públicas apresentadas nas diversas conferências, em particular, na 1ª e 2ª Conferência Nacional de Juventude com foco na juventude indígena.
132. Atualizar as propostas voltadas para a juventude indígena presentes no Plano Nacional de Juventude, que está em tramitação no congresso nacional.

133. Realizar o 2º Seminário de Juventude Indígena.
134. Incentivar e dar condições aos jovens para formação na área de saúde, como medicina, enfermagem, cursos técnicos para atuação nas comunidades indígenas, valorizando as práticas tradicionais.
135. Implementar cursos técnicos nas aldeias, bem como facilitar o acesso ao crédito para que os jovens possam desenvolver microprojetos voltados para geração de renda, com foco nas diferentes realidades econômicas, sociais, culturais e ambientais das comunidades indígenas, como por exemplo, na área de agroecologia.
136. Implantar políticas públicas que garantam o acesso e a permanência dos jovens indígenas no ensino superior, bem como melhorar a qualidade do ensino médio nas comunidades indígenas.
137. Valorizar as culturas indígenas por meio de políticas específicas que contemplem tanto os modos tradicionais, a exemplo do Prêmio Culturas Indígenas e do programa Pontos de Cultura, garantindo aos jovens indígenas o acesso aos meios de comunicação, enquanto agentes de produção, bem como as novas tecnologias de informação.
138. Construir espaços adequados para diversas modalidades esportivas e de lazer, considerando e reconhecendo as práticas tradicionais.
139. Viabilizar o transporte e a mobilidade da juventude indígena, considerando as diferentes especificidades.

Oficina Específica - Juventude do Xingu e do Amazonas

140. Fundo de Apoio às Experiências de Transição Agroecológica desenvolvidas pela juventude: Criar fundos de apoio aos grupos juvenis de produção no sistema agroecológico, considerando a realidade amazônica e suas especificidades. Este fundo deve ser integrado com recursos entre os estados na Amazônia brasileira. O fundo financiará pequenos projetos produtivos, cujo desenvolvimento obedecerá a critérios e princípios de sustentabilidade. O público-alvo desses projetos será de jovens agricultores familiares, de áreas de reforma agrária, extrativistas, indígenas e quilombolas. Os projetos terão prazos de 12 meses para sua execução. A aplicação dos recursos obedecerá a metodologia do Fundo Rotativo, onde os jovens beneficiários terão que devolver os recursos recebidos para outros grupos.
141. Garantir novas tecnologias na produção da agricultura familiar: Garantir que o agricultor familiar tenha acesso a novos conhecimentos e tecnologias que ajudem a garantir uma produção sustentável, ambiental e economicamente, como por exemplo, na mecanização para o preparo de áreas, correção do solo e adubação, permitindo assim que o agricultor obtenha uma boa produção, utilizando áreas já degradadas. Essa proposta vem ao encontro do eixo 3 do PDRS (Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável), que prevê fomento às atividades produtivas sustentáveis.
142. Elaboração de materiais didáticos que discutam as principais temáticas da Amazônia: construção de gibis e vídeos de bolso que tratem de assuntos relacionados à temática social e educacional da Amazônia, visando colaborar

com a inserção da juventude nessas discussões, para contribuir na formação dos jovens da região.

143. Juventude da Amazônia na Campanha Permanente contra o Uso dos Agrotóxicos.

Proposta de participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural

As 39 propostas de participação social apontaram o reconhecimento pela importância da construção de canais de diálogo e controle social para as políticas públicas.

Povos e Comunidades tradicionais

1. Aplicação da Lei 10.639: utilizando as redes sociais, os espaços, fóruns para divulgação e fiscalização.
2. Fortalecer a participação da sociedade civil, especialmente dos jovens das comunidades tradicionais, nos fóruns Estaduais de Educação e Diversidade, para acompanhamento das ações previstas na Lei 10.639/03.
3. Apoiar a criação de rede de juventude dos povos tradicionais, garantindo a participação nos espaços estaduais e nacional.
4. Realização de conferências municipais e estaduais para formular e acompanhar a implementação das políticas públicas destinadas aos povos e comunidades tradicionais.
5. Investir no diálogo dos mecanismos de avaliação e monitoramento das políticas públicas com as redes de participação dos e das jovens dos povos e comunidades tradicionais.

Gênero

6. Constituição de fóruns/comitês para acompanhamento e controle social das políticas, constituídos com a participação efetiva das jovens mulheres, valorizando-as como protagonistas na articulação de políticas específicas para mulheres, criando cotas para que as jovens mulheres estejam nos espaços de elaboração/articulação e controle das políticas de juventude.
7. Organização/constituição de grupos de jovens mulheres que atuem em âmbito local, no monitoramento da execução das políticas.

Trabalho assalariado

8. Que o governo potencialize a organização da sociedade civil (sindicatos, movimentos sociais, organizações locais, etc), assegurando os princípios da autonomia política destas organizações.
9. Que todos os municípios e territórios rurais constituam instâncias de controle social das políticas públicas do campo.
10. Que todos os municípios e estados constituam Conselhos de Juventude.

Agricultura Familiar e Sucessão no Campo e na Floresta

11. Acompanhamento e fiscalização do PAA e PNAE pelos movimentos sociais.
12. Construção de mecanismos para que as Políticas públicas possam ser operacionalizadas via movimentos sociais e não só pelo poder local.
13. Publicação dos processos e custos da implementação das políticas públicas.
14. Fortalecer o portal da transparência do governo federal.
15. Planejamento e orçamento participativos no âmbito da gestão das políticas de desenvolvimento agrário.
16. As políticas em âmbito nacional devem ser acompanhadas pela SNJ e pela sociedade civil organizada (GT Juventude Rural).

Educação

17. Construção e avaliação das políticas públicas de educação pelos jovens rurais.
18. Criação de um grupo de trabalho composto por jovens rurais para discutir a educação do campo.
19. Ampliar a participação da juventude na CONEC – Comissão Nacional de Educação do Campo.
20. Espaço de participação para a juventude no espaço escolar.
21. Mobilização e motivação das famílias camponesas em torno das políticas educacionais e espaço de participação efetiva das famílias, descentralizado, compartilhado, democrático e deliberativo.
22. Processo de avaliação continuada e processual da implementação da política de educação do campo.
23. Continuidade do debate sobre juventude rural e criação de espaços de diálogo com a sociedade civil organizada para avaliação e construção das políticas públicas.

Qualidade de vida

24. Maior incentivo nas criações de conselhos municipais e estaduais e juventude e capacitação para os conselheiros.
25. Reconhecimento das organizações e associações em juventude rural representativas para atuar e participar na capilarização das políticas públicas.
26. Formação continuada para gestores técnicos e políticos do governo na temática da juventude rural.

Indígena

27. Criar o Grupo de Trabalho de Juventude Indígena na SNJ.
28. Garantir a participação da Juventude indígena nos espaços públicos constituídos (conselhos, fóruns, comitês, etc).
29. Ampliar a capacitação, monitoramento e participação nos eventos, articulações e instrumentos voltados à garantia da proteção e promoção dos direitos da juventude indígena.
30. Garantir a participação da juventude indígena no controle social, na formulação e execução das políticas indigenistas (Funai, Educação, Saúde etc).

31. Realizar oficinas de qualificação dos jovens indígenas para a sua participação nas discussões das varias instâncias para fortalecimento local, regional, nacional e internacional.

Xingu e Povos Amazônicos

32. Realizar encontro de Jovens do Campo e da Cidade, na Região da Transamazônica e Xingu: o objetivo do encontro é construir um espaço de debate para gerar encantamento, discussões em torno de bandeiras comuns e planos de realização, buscando seus sonhos em conjunto. A realização do encontro permitirá aos jovens mobilizar uma rede que se una em prol das causas comuns da região. O encontro poderia ser realizado em Altamira, cidade pólo da região
33. Escola de Formação política para a Juventude Amazônica: O Objetivo da Escola é o de contribuir, efetivamente, na capacitação de lideranças juvenis da Amazônia inseridas na vida política local, no embate aos grandes projetos e a partir de suas realidades colaborar na construção de uma sociedade comprometida com causas da Amazônia e conversa com representantes dos governos (federal, estadual e municipal), representantes da sociedade civil organizada, movimentos sociais, juventude da casa familiar rural, para se fazer estudo, refletir e se apropriar das condicionantes na perspectiva do controle social.
34. Roda de conversa em torno das condicionantes do consorcio Belo Monte em dialogo com os eixos temáticos 4 e 5 do PDRSX: Uma roda de conversa com representantes dos governos (federal, estadual e municipal), representantes da sociedade civil organizada, movimentos sociais, juventude da casa familiar rural, para se fazer estudo, refletir e se apropriar das condicionantes na perspectiva do controle social.

Rio+20

35. Participação dos movimentos e organizações da juventude rural no processo de elaboração e implementação das políticas públicas dirigidas ao campo
36. Democratização do poder e respeito aos projetos de iniciativa popular.
37. Produção de informação em linguagem acessível à juventude
38. Dar visibilidade aos mecanismos e fortalecer os espaços já existentes (conselhos, comissões, grupos de trabalho, etc.) e criar novos espaços deliberativos que contemplem as novas realidades sobre a juventude rural.
39. Ampliar a formação e capacitação política da juventude no campo, utilizando a proposta de "Advocacy".

Anexos

Anexo I - Resultados dos trabalhos desenvolvidos nas oficinas

Reunidos de 21 a 24 de maio de 2012, jovens da agricultura de familiar, camponeses, quilombolas, indígenas de todas as regiões do Brasil construíram propostas para a formulação de uma Política Nacional para a Juventude Rural. Organizadas em eixos temáticos e considerando caminhos para a participação social, a juventude rural propõe:

EIXO Juventude das Comunidades e Povos Tradicionais Rurais: igualdade étnico/racial	
Desafios e limites da políticas públicas para a juventude rural (avaliação objetiva)	➤ Educação/ Formação Cidadã voltada para a realidade dos povos e comunidades tradicionais. Aplicação da Lei 10.639/03 e 11.645/08 ➤ Infraestrutura: vias de acesso as comunidades (comunidades isoladas), energia elétrica, internet, saúde, moradia, saneamento, água, escolas. ➤ Burocracia: acesso a créditos, projetos, morosidade nos projetos existentes. ➤ Grau de formação dos professores que atuam nos povos e comunidades tradicionais. ➤ Ausência de titulação e reconhecimento das terras dos povos e comunidades tradicionais. ➤ Ausência de políticas públicas para os jovens dos povos e comunidades tradicionais. ➤ Superar a defasagem da idade série. ➤ Não reconhecimento por parte das políticas publicas da dimensão territorial dos povos e comunidades tradicionais que transcendem os municípios. ➤ Existência do mito da democracia racial e do racismo institucional. ➤ Alcoolismo e drogas nos povos e comunidades tradicionais. ➤ Extermínio dos jovens dos povos e comunidades tradicionais. ➤ Intolerância religiosa dos povos e comunidades tradicionais.
Propostas de políticas públicas	1. Acelerar a política de reconhecimento e titulação das terras dos povos e comunidades tradicionais. 2. Apoiar o processo de criação dos canais de comunicação nos povos e comunidades tradicionais. No caso das rádios comunitárias, buscar alterar a legislação para dar maior celeridade à concessão do uso para o seu funcionamento, como forma de fortalecer e ampliar a divulgação e valorização desses povos. 3. Investimento público nos povos e comunidades tradicionais, na preservação e valorização dos fazeres tradicionais, a exemplo das

	sementes crioulas, artesanatos e patrimônios materiais. - Realização de campanha massiva de divulgação e valorização dos povos e comunidades tradicionais. - Adesão dos jovens a campanha Igualdade Racial pra Valer, promovida pela SEPPIR. - Implementação no Programa Saúde da População Negra, do jovem dos povos e comunidades tradicionais. - Levar às comunidades a Campanha Nacional contra o Extermínio de Jovens e implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra para a juventude quilombola. - Priorização da implementação da Lei 10.639/03, do Parecer CNE/CP 03/2004 e Resolução CNE/CP 01/2004. - Garantir que o jovem seja um sujeito dos saberes tradicionais, se reconheça como cidadão brasileiro e tenha acesso à escolarização plena, formação cultural ampla e o direito à formação técnico-profissional. - Construir redes de formação, inclusão digital, atividades culturais. - Política de incentivo a formação dos professores das comunidades tradicionais. - Capacitação dos jovens para concorrer aos editais e executar os projetos existentes. - Inserir os povos e comunidades tradicionais nas linhas de crédito existentes. - Garantir a aplicabilidade das propostas aprovadas na Conferência Nacional da Juventude-2011.
Proposta de participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural	- Aplicação da Lei 10.639: utilizando as redes sociais, os espaços, fóruns para divulgação e fiscalização. - Fortalecer a participação da sociedade civil, especialmente dos jovens das comunidades tradicionais, nos fóruns Estaduais de Educação e Diversidade, para acompanhamento das ações previstas na Lei 10.639/03. - Apoiar a criação de rede de juventude dos povos tradicionais, garantindo a participação nos espaços estaduais e nacional. - Realização de conferências municipais e estaduais para formular e acompanhar a implementação das políticas públicas destinadas aos povos e comunidades tradicionais. - Investir no diálogo dos mecanismos de avaliação e monitoramento das políticas públicas com as redes de participação do jovens dos povos e comunidades tradicionais.

EIXO JUVENTUDE RURAL E GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE SEXUAL	
Desafios e limites das políticas públicas para a juventude rural (avaliação objetiva)	➤ Ausência de políticas efetivas específicas para jovens mulheres. ➤ As políticas públicas não atingem plenamente as mulheres. ➤ Desconhecimento das políticas públicas que já existem. ➤ Burocratização do acesso às políticas públicas. ➤ As políticas públicas não consideram a discussão da sexualidade e da diversidade sexual. ➤ As políticas públicas são desarticuladas. ➤ As políticas públicas do meio rural não podem ser apenas políticas para as famílias, devem existir políticas específicas para as mulheres. ➤ As políticas públicas não valorizam e não dão visibilidade ao trabalho das mulheres no âmbito produtivo e reprodutivo (trabalho doméstico/cuidados em geral).

Propostas de políticas públicas	1. Política de assistência técnica que leve em consideração questões como: desigualdade de gênero e geração, transição do modelo tecnológico para a agroecologia. 2. Formação para jovens mulheres – educação formal e não-formal que considere o direito ao corpo, sexualidade e a diversidade sexual. 3. As políticas sobre saúde e direitos sexuais devem trazer informações suficientes para que a jovem do campo possa conhecer o funcionamento de seu corpo e fazer suas escolhas, qualificando profissionais da saúde para atenderem sem discriminação os homossexuais. 4. Melhoramento/reformulação das políticas de comercialização que já existem, ampliando a participação das jovens mulheres. 5. Políticas de fomento para capacitação e infraestrutura que incluam todas as etapas produtivas (produção, industrialização e comercialização) específicas para a geração de trabalho e renda para as mulheres jovens do campo, de forma desburocratizada, enfocando a agricultura camponesa agroecológica. 6. Políticas que garantam a infraestrutura necessária para a transição para a agroecologia. 7. Campanhas nos meios de comunicação que valorizem a vida no campo contribuindo para superação de estereótipos, preconceitos, discriminações e mostrando a diversidade que existe (gênero, raça/etnia, sexualidade, geração). 8. Promover a inclusão digital na zona rural com paridade de participação das jovens mulheres (telecentros). 9. Garantir 6 meses de salário maternidade para as jovens mulheres do campo. 10. Viabilizar uma educação do campo não sexista, anti-racista e contra a homofobia. 11. Garantir o acesso à titularidade da terra às jovens do meio rural, como direito de permanecer no campo e exercer com dignidade a profissão de agricultora. 12. Políticas de capacitação à geração de renda na área da cultura e de valorização das manifestações culturais e artísticas protagonizadas pelas jovens mulheres. 13. Criação/ ampliação dos espaços de sociabilidade e lazer nas comunidades com alternativas e garantias à participação das jovens mulheres. 14. Criação de creches nas comunidades rurais. 15. Garantir que o poder de decisão sobre a renda seja compartilhado.
Proposta de participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural	1. Constituição de Fóruns/comitês para acompanhamento e controle social das políticas, constituídos com a participação efetiva das jovens mulheres, valorizando-as como protagonistas na articulação de políticas específicas para mulheres. Criando cotas para que as jovens mulheres estejam nos espaços de elaboração/articulação e controle das políticas de juventude. 2. Organização/constituição de grupos de jovens mulheres que atuem em âmbito local, no monitoramento da execução das políticas.

EIXO Juventude Rural e o Trabalho Assalariado	
Desafios e limites das políticas públicas para a juventude rural (avaliação objetiva)	➤ Não há políticas públicas diferenciadas para a juventude assalariada rural, mas sim algumas políticas e legislações gerais que são acessadas por estes jovens. ➤ A mecanização é uma tendência que está dada, que nos exige a formular de estratégias de longo prazo, mas sem perder de vistas as urgências vivenciadas pelos trabalhadores hoje. ➤ Gerando uma taxa de rotatividade de 98% entre os assalariados rurais com carteira. O topo do ranking da rotatividade é disputado entre assalariamento rural e a construção civil. ➤ Mesmo com a mecanização, o corte manual permanecerá só que em outras proporções e condições (de trabalho e contratação). Precisamos qualificar a incidência da juventude rural diante desta nova conjuntura. ➤ O Compromisso Nacional, acordado entre empresários, trabalhadores e governo, não ultrapassa os direitos já previstos pela CLT, tem grandes limites de implementação e restringe a fiscalização sindical. ➤ Os/as trabalhadores/as do corte da cana, vivenciam condições precárias de trabalho, devido a exigência de alta produtividade, tais como o corte de 15 toneladas/dia e o uso de agrotóxicos. ➤ A migração no período da safra impede a permanência do jovem na escola, o acesso a outras políticas e a vivência da sua condição juvenil. ➤ Rotinas extenuantes no corte da cana geram agravos à saúde e mortes, como LER/DORT, infecção dos braços, morte por exaustão, impactando diretamente as condições de inserção produtiva. ➤ A distribuição de Equipamento de Proteção Individual (EPI) é inadequada às demandas dos trabalhadores. Os materiais são de precários e inadequados com tamanhos inapropriados, etc. Mesmo sob estas condições as empresas atendem a legislação e transferem para o trabalhador a responsabilidade pela sua não utilização. ➤ A (re)inserção dos trabalhadores assalariados que regressam para a unidade familiar de produção é agravada pela insuficiência das políticas agrícolas, mas principalmente por conta das limitações de saúde e psicológica geradas pelas jornadas exaustivas de trabalho. ➤ A migração dos/as safristas não deve ser entendida como opção e sim como uma necessidade de construir as condições de autonomia e efetivação do projeto de vida em médio e curto prazo. ➤ É preciso pensar soluções de enfrentamento às relações de trabalho degradante, no âmbito do trabalho assalariado sazonal, nos marcos dos direitos sociais e humanos, não se limitando às relações trabalhistas formais. ➤ É preciso construir políticas públicas voltadas à juventude assalariada rural. ➤ É necessária a construção de marcos regulatórios, especialmente no âmbito do trabalho na cana-de-açúcar, que vão além das definições do piso salarial, mas que afirmem o

	trabalho digno. ➤ É preciso desenvolver políticas nos territórios da migração (nos municípios de origem dos migrantes) no âmbito da geração de renda, dos direitos sociais e, principalmente, na educação do campo, para assegurar qualidade de vida nestes municípios e gerar alternativas à migração. ➤ A Reforma Agrária é estratégica para combater o trabalho assalariado precário e degradante.
Propostas de políticas públicas	1. Antecipação da aposentadoria para o/a trabalhador/a assalariado/a rural. 2. Maior agilidade ao processo de aposentadoria dos/as trabalhadores/as assalariados rurais por acidentes de trabalho. 3. Reconhecimento pelo INSS da LER/DORT no âmbito do trabalho assalariado rural. 4. Elevar o piso salarial da categoria e criar mecanismos para o controle da produção (quadra fechada). 5. Elaborar e implementar um marco regulatório do trabalho assalariado rural que não se restrinja ao piso salarial. 6. Garantir condições efetivas para que o Exame médico demissional seja minucioso. 7. Acesso à terra, por meio da Reforma Agrária para garantir a autonomia econômica e política dos trabalhadores/as assalariados/as rurais. 8. Acesso à educação do campo, em todos os níveis de ensino, inclusive nos períodos de safra, associada a processos formativos que abordem a dimensão dos direitos humanos e trabalhistas para os trabalhadores/as assalariados/as rurais. 9. Ampliar a oferta de ensino, por meio da pedagogia da alternância, nos territórios de migração (regiões de origem), na intenção de estimular outras oportunidades de trabalho e renda. 10. Destinar bolsas de estudo para todos os jovens estudantes do campo, especialmente para que os/as trabalhadores/as assalariados/as rurais possam acessar a formação em todos os níveis. 11. Ampliar investimentos em políticas de formação superior no campo, a exemplo do PROCAMPO e do PRONERA, assegurando a inclusão dos/as trabalhadores/as assalariados/as rurais.
Proposta de participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural	1. Que o governo potencialize a organização da sociedade civil (sindicatos, movimentos sociais, organizações locais, etc), assegurando os princípios da autonomia política destas organizações. 2. Que todos os municípios e territórios rurais constituam instâncias de controle social das políticas públicas do campo. 3. Que todos os municípios e estados constituam Conselhos de Juventude.

EIXO Juventude rural: agricultura familiar e camponesa, trabalho e renda	
Desafios e limites da políticas públicas para a juventude rural (avaliação objetiva)	BALANÇOS POLÍTICAS EXISTENTES Nossa primeira terra Limites: ➤ O programa não gera um processo de distribuição de terra, e não externa a contradição do latifúndio. ➤ Cria um jovem endividado. ➤ No seu formato ajuda a desmobilizar a luta pela a luta pela reforma agrária. ➤ O limite do financiamento é baixo e não deveria ter juros. ➤ Confirma a terra como mercadoria, criado pelo Banco Mundial tem vícios do sistema financeiro. ➤ Em algumas regiões, composta por pequenas propriedades contribuiu para as famílias ampliarem a quantidade de terra, por isso é importante sua manutenção. PRONAF JOVEM Limites: ➤ É uma política que não serve e chegou no limite, pois não tem o que melhorar. O desafio é ter outra política com a mesma função. O acesso é o principal limite e os recursos estão poucos. Se endividar é o maior problema. ➤ Função: estruturar um projeto produtivo para o jovem que o permita ter condições de desenvolver um trabalho produtivo em sua propriedade. ➤ A política do Pronaf jovem tem o maior problema do acesso por causa da burocracia (100 horas de um curso técnico e não tem entidade que faça esse curso acontecer e por falta de recursos, pois tem que ter ao menos 30 jovens) os bancos não promovem atividades para divulgação do Pronaf, não o fazem, limitando o acesso. ➤ A cultura é definida pelo banco. ➤ No Pará houve um único acesso e não é para a realidade do jovem. ➤ Necessidade de assistência técnica de qualidade. Inadimplência do município impede que o jovem acesse o Pronaf. ➤ Falta de credibilidade dos jovens pelos bancos. ➤ Falta de documentação necessária decorrente da falta de infraestrutura. ➤ Dificuldade de comprovar a capacidade técnica. ➤ Pronaf jovem interessante, mas vinculada ao produtivismo tradicional. ➤ Contribui na autonomia dos jovens. ➤ Está sendo operacionalizado dentro de instituições financeiras tradicionais. ➤ Os juros são altos. ➤ O limite é baixo. ➤ Ele é amarrado na burocracia. ➤ Prazo curto. ➤ Garantir o acesso simultâneo do Pronaf Jovem e do Pronaf normal. ➤ Avançar no problema de vinculação de DAPs familiares, jovem com o pai. ➤ Deveria demandar aprimoramento desse programa, mas tem alimentos importantes: faz com que o jovem preencha a DAP – momento importante de reconhecimento.

	PROJOVEM CAMPO Limites: ➤ A política se reformulou do Projovem Saberes da Terra para o Projovem Campo e se reestruturou no âmbito do Projovem e o público é o agricultor familiar com déficit de escolaridade e tem direito a uma bolsa. ➤ Os educadores sociais são muito mal remunerados. Precária infraestrutura. ➤ Não chega às comunidades. ➤ Existe problema nas construções das turmas dos movimentos com as secretarias de educação local. A proposta não vem atender a necessidade local, prejudica a educação que existe no local. ➤ Não dá espaço aos educadores locais. PAA e PNAE Limites: ➤ Dificuldade dos jovens se formalizarem e acessarem. ➤ A escala e as questões das regras de vigilância sanitária.
Propostas de políticas públicas	1. Ter acesso à terra por meio da reforma agrária. 2. Reeditar um programa similar ao consórcio social da juventude e que o projeto seja financiado pelo governo com maior tempo de execução e garantia de sua implementação pelos movimentos sociais, com recurso para investimento na unidade produtiva. 3. Fomento diferenciado para jovens rurais que querem reconverter a propriedade para a agroecologia e no valor de R\$30.000,00. 4. Criação de programa que esteja vinculado à permanência da juventude no campo e que tenha um limite de R\$20.000,00, juro zero, idade de 16 anos em diante, prazo de pagamento de 12 anos, carência de 8 anos, rebate de 50% no pagamento em dia, que a assistência técnica seja incorporada no projeto, 92% e mais 3% do governo), que tenha prioridade a região Norte e Nordeste (o semiárido) e que todos os jovens aptos da unidade familiar tenham acesso. E que seja desburocratizado de acesso. 5. Política de cotas para que a juventude camponesa tenha acesso à universidade, assegurando bolsa permanência. 6. Programa de residência para os jovens recém formados para que retornem à sua localidade de origem com bolsas para atuarem em suas comunidades ou assentamentos. 7. Criar um programa que reúna um conjunto de políticas para a instalação de novas unidades produtivas por jovens agricultores familiares nas regiões com baixo nível de sucessão na agricultura familiar. 8. Linha de crédito facilitada dentro do BNDES para associações e cooperativas de jovens agricultores familiares, onde estes estejam inseridos em qualquer tipo ação produtiva agrícola ou não agrícola, com juros subsidiado pelo BNDES. 9. Política de reconversão produtiva do fumo para outras culturas que assegurem a renda no processo de transição. 10. Estimular a organização da produção construindo e fortalecendo as cooperativas, as associações e os grupos de produção. 11. Criação de um programa específico para a juventude rural, de agroindústria, comercialização, beneficiamento e escoamento da produção. 12. Fomento para produção de alimentos em comunidades

	tradicionais (camponeses) para se inserir no PAA e no PNAE. 13. Apoio governamental para espaços de socialização das experiências exitosas de produção protagonizadas pelos jovens. 14. Assegurar espaços para a juventude na feira nacional da agricultura familiar. 15. Campanha nacional de valorização da juventude familiar e camponesa via mídia. 16. Contratação de técnicos, priorizando jovens e mulheres, com formação agroecológica. 17. Garantir a participação dos jovens nos colegiados territoriais e conselhos territoriais. 18. Política específica para financiar o projeto profissional dos jovens das escolas família agrícola e agrotécnica, que sejam jovens filhos de agricultores familiares ou jovens agricultores familiares. 19. Que os órgãos de assistência técnica dos estados funcionem. 20. Garantir o acesso à DAP aos jovens, independente da DAP da família. 21. Revisão do Crédito Fundiário em especial o Selo Nossa Primeira Terra. 22. No mínimo 50% ser a fundo perdido. 23. Incluir a possibilidade de compra da terra por pessoas próximas e parentes de primeiro grau. 24. Ampliar para R\$ 200.000,00 o teto do programa. 25. Juro zero. 26. Rebate do recurso de 50% da parcela se for pago em dia. 27. Aumentar o prazo do pagamento do crédito. 28. Capacitação financiada pelo governo federal para os jovens acessarem o programa, executado pelas organizações. 29. Garantir assistência técnica. O valor da assistência técnica deverá ser incorporado ao projeto correspondendo a um total de 2% do financiamento pago pelo jovem e o restante da assistência técnica deve ser atendida pelo governo. PRONAF JOVEM 1. Respeitar a realidade de cada estado e cada região. 2. Construir outras formas de operacionalizar o crédito de forma diferenciada e com maior variedade de linhas, diminuir juros, ampliar prazos e ampliar carência. 3. Transformar o Pronaf Jovem, em um programa de permanência da juventude rural no campo e a na floresta, com limite de R\$ 80.000,00, juros a 0%, prazo de pagamento de 12 anos, com carência de 8 anos, com rebato de 50% nas parcelas pagas em dia; capacitação obrigatória, com o governo garantindo o cursos de capacitação. PROJOVEM CAMPO 1. A formação das turmas pelos movimentos sociais, com reconhecimento dos educadores populares e em parceria com os municípios. 2. Produção de materiais regionalizados. 3. Fiscalização do cumprimento das condicionalidades pelo poder público municipal. (órgão fiscalizador ser os órgãos executores). 4. Melhorar a infraestrutura do programa. 5. Aumentar a remuneração dos profissionais.
--	---

	PAA E PNAE 1. Cota de 30% dos recursos para projetos de produção de juventude do PNAE e do PAA. 2. Que os e as jovens tenham garantida a venda dos seus produtos de forma independente do valor total da família. 3. Rever método de fiscalização e implementação que não sejam pelas prefeituras para PAA. 4. Garantir recurso no PAA para assistência técnica. 5. A assistência técnica ser via política de ATER.
Proposta de participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural	1. Acompanhamento e fiscalização do PAA e PNAE pelos movimentos sociais. 2. Políticas públicas a serem operacionalizadas via movimentos sociais e não só pelo poder local. 3. Publicação dos processos e custos da implementação. 4. Fortalecer o portal da transparência do governo federal. 5. Planejamento e orçamento participativos no âmbito da gestão das políticas de desenvolvimento agrário.

EIXO Juventude do campo e da floresta, sucessão e perspectivas de produção sustentável: acesso a terra, agroecologia e condições de produção	
Desafios e limites das políticas públicas para a juventude rural (avaliação objetiva)	➤ Que a Reforma Agrária seja ampla, massiva, de qualidade e integral, que mexa na estrutura fundiária do país através da desapropriação dos latifúndios, e contemple a juventude camponesa. ➤ Regularização Fundiária, proposta de 50% de subsidio, para o acesso a terra com juros de 0% ano, aumento do valor financiando até R\$200.000,00. A possibilidade de comercialização de terras entre pais e filhos. ➤ Assentamento imediato das famílias acampadas. ➤ EDUCAÇÃO: Garantir os cursos de nível médio/técnico e superior para a juventude rural em toda a suas especificidade, através do Pronera, em convênio com os IF's, Universidades Federais e estaduais, e as organizações sociais credenciadas. ➤ Garantindo bolsas de estudo para a permanência do jovem nos cursos, sendo eles nas áreas das tecnologias, das ciências humanas, ciências agrárias, ciências da saúde, das engenharias. ➤ Aplicação da Lei de Educação do Campo, instituída pelo decreto 411/2010, inclusão no Plano Nacional de Educação uma cláusula que garanta a implementação da educação do campo na rede pública no ensino em todos os níveis e modalidades. ➤ Não fechamento das escolas do campo, e reabertura de escolas em áreas rurais. ➤ Condições de produção: controle do avanço do agronegócio, por meio de apoio aos bancos de semente crioulas, acesso a implementos agrícolas para a agricultura familiar. ➤ Os programas, PAA e o PNA: sejam 100% da agricultura familiar, sendo 10% da produção orgânica e agroecológica. ➤ Que os produtos orgânicos ou agroecológicos tenha 30% de valor agregado dentro nas aquisições feitas pelo PAA ou PNAE - ATER: Revisão da Lei de ATER, visando ao fortalecimento da política de assistência especializada na produção agroecológica e aos produtores jovens.
Propostas de políticas públicas	1. Criação de programas de agroindústria para as áreas rurais, priorizando a juventude dos assentamentos, das áreas quilombolas, indígenas, na

	produção, comercialização e beneficiamento da produção. 2. Curso de formação técnico em agroecologia, permacultura, ecoturismo e o turismo rural, nos Institutos Federais (IFs), Instituições Sociais Credenciadas, nas Universidades Federais e Universidades e Estaduais, nas Escolas Família Agrícolas (EFAs), utilizando a metodologia da pedagogia da alternância, e que os técnicos formados sejam absorvidos também nas áreas de reforma agrária, nas comunidades tradicionais. 3. Campanha massiva de valorização da agricultura familiar, e permanência dos jovens no campo e na floresta. 4. Criação de conselhos municipais e estaduais de juventude, onde não existam. 5. Fomento ou subsídios desburocratizado para as unidades produtivas de jovens camponeses.
Proposta de participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural	As políticas em âmbito nacional devem ser acompanhadas pela SNJ e pela sociedade civil organizada (GT Juventude Rural)

EIXO Juventude Rural e a Educação do campo	
Desafios e limites das políticas públicas para a juventude rural (avaliação objetiva)	➤ Relação com as instituições de ensino. ➤ Manutenção financeira. ➤ Regulamentação e reconhecimento dos cursos. ➤ Condições de mobilidade e transporte. ➤ Acesso e permanência aos diversos níveis de ensino. ➤ Condições materiais para efetivação de uma educação de qualidade (transporte, informação e comunicação, etc. ➤ Ausência de escolas em todos os segmentos da educação básica, principalmente ensino médio. ➤ Ideologia propagada pela escola da cidade como espaço de vida. ➤ Currículo das escolas descontextualizadas da realidade do campo. ➤ Dificuldade de capilaridade dos recursos. O recurso não chega às instituições escolares do campo. ➤ Falta de mecanismos de realização dos nossos discursos. ➤ Falta de mecanismos de avaliação e monitoramento das políticas públicas. ➤ Estudantes do campo que vão para a cidade e ficam a mercê da marginalidade. ➤ Falta de estrutura básica.
Propostas de políticas públicas	1. Formação específica para os educadores que atuam em escolas do campo. 2. Inclusão da juventude nas condições objetivas da sociedade, com inclusão digital. 3. Construção de escolas comunitárias do campo e com educadores do próprio campo. 4. Utilização da pedagogia da alternância como dinâmica educacional. 5. Acabar com o fechamento das escolas do campo. 6. Escolas de ensino médio nucleadas no campo em grupos de

	comunidades. 7. Projeto pedagógico que respeite a realidade e a vida dos sujeitos do campo. 8. Estímulo e incentivo aos professores que trabalhem no campo. 9. Fortalecer as escolas em alternância. 10. Fortalecer o PRONERA. 11. Garantia de projetos de capacitação, para além da escolarização com a gestão da sociedade civil organizada. 12. Promover espaços para valorizar a cultura rural nas escolas. 13. Criar espaço de diálogo família – estudante - educador. 14. Educação pública, gratuita de qualidade e com referência social. 15. Incorporação da igualdade de gênero nas escolas. 16. Campanha de quebra da dicotomia campo e cidade. 17. Edital específico para concurso público de educadores para escolas do campo. 18. Escolas do campo organizadas em sistema de auto gestão, e a definição do gestor seja feita pelos sujeitos envolvidos com o espaço escolar. 19. Categorizar e qualificar as propostas em vista da projeção a curto, médio e longo prazo. 20. Construção de escolas técnicas e institutos de formação no campo. 21. Realizar um diagnóstico da educação do campo no Brasil. 22. Educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental em todas as comunidades rurais. 23. Ensino fundamental e médio nucleadas no campo limitadas pelo número de estudantes. 24. Ensino superior em institutos e universidades públicas em todos os territórios e com cursos definidos em conjunto com a sociedade civil organizada. 25. Reconhecimento efetivo das escolas indígenas, quilombolas, de povos tradicionais, ribeirinhos e itinerantes. 26. Transporte escolar de qualidade para as escolas do campo. 27. Equiparação das experiências escolares da sociedade civil organizada às escolas públicas. 28. Política estudantil (PNAE) ampla que contemple transporte, alojamento, alimentação. 29. Fomentar pesquisas sobre a juventude rural e a relação com sua perspectiva de estudo e formação. 30. Gestão compartilhada das escolas com participação ativa dos sujeitos. 31. Escolas organizadas em alternância com um currículo organizado em áreas do conhecimento e que a prática dos sujeitos propulsora do processo de ensino\aprendizagem e que contemplem questões culturais e artísticas. 32. Projetos de formação com movimentos e organizações sociais do campo. 33. Espaços de esporte em todas as escolas e que estejam a serviço da comunidade. 34. Introduzir no ensino médio uma disciplina específica que trate da discussão da juventude rural, uma educação contextualizada.
Proposta de	1. Construção e avaliação das políticas públicas de educação

participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural	pelos jovens rurais. 2. Criação de um grupo de trabalho composto por jovens rurais para discutir a educação do campo. 3. Espaço de participação para a juventude no espaço escolar. 4. Mobilização e motivação das famílias camponesas em torno das políticas educacionais e espaço de participação efetiva das famílias, descentralizado, compartilhado, democrático e que seja deliberativo. 5. Processo de avaliação continuada e processual da implementação da política de educação do campo. 6. Continuidade do debate de juventude rural e criação de espaços de diálogo com a sociedade civil organizada para avaliação e construção das políticas públicas.
EIXO Juventude do campo e da floresta, direitos sociais, tempo livre e novas sociabilidades: cultura, o esporte, o lazer, saúde, mobilidade, tecnologias da informação e comunicação	
Desafios e limites das políticas públicas para a juventude rural (avaliação objetiva)	➤ Maior participação dos jovens na construção das novas políticas públicas. ➤ Fortalecer a Secretaria Nacional da Juventude na articulação junto a todos os ministérios. ➤ Identificar e publicizar quais são as Políticas Públicas que temos para o jovem rural dentro da sua realidade. ➤ Realizar mudanças necessárias na legislação, na administração e nas instituições para garantir o reconhecimento e as Políticas Públicas para e com a juventude rural.
Propostas de políticas públicas	1. Construção de centros culturais que permitam fácil acesso à cultura, esporte, lazer, cineteatros, cineclubismo, salas de oficinas, salas para criação audiovisual no campo. 2. Rádios comunitárias no campo que abrange a comunidade onde for instalada. 3. Extensão do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) para o campo, com a construção e melhoria de telecentros em todas as escolas do campo, com monitoria dos jovens da própria comunidade. 4. Construção de bibliotecas e videotecas comunitárias e acervo com temas literários, científicos e filosóficos e materiais com ênfase nas questões agrárias. 5. Construção de unidades de saúde e manutenção dessas unidades. Garantir que o SUS forneça medicamentos fitoterápicos. 6. Criação de um programa de esporte, cultura e lazer voltado para a juventude rural com formação de educadores, pagamento de profissionais da comunidade, material esportivo, infraestrutura adequada. 7. Construção de centros comunitários e quadras de esportes com toda infraestrutura necessária e apropriada para o campo e onde já existir esses equipamentos revitalizá-los. 8. Programa de formação da juventude rural que consiga dialogar com a cultura dos movimentos sociais, com conhecimento da realidade brasileira, formação política, questões agrárias e artísticas. 9. Criar e garantir no orçamento participativo democrático nas Políticas Públicas para e com a juventude rural. 10. Provocar as secretarias de Serviço Social para buscar maior envolvimento no meio rural. Os assistentes sociais precisam

	estar mais envolvidos com o meio rural para o acompanhamento das necessidades das famílias desse meio. - Garantir outros segmentos de profissionais de saúde dentro das unidades básicas do campo (nutricionistas, psicólogos, fisioterapeutas, etc.). - Toda a merenda escolar produzida pelos agricultores da comunidade. - Agroecologia como modelo de desenvolvimento no campo. - Universalizar os editais dos Territórios Digitais em todo o território nacional. - Intercambio nacional sobre experiências culturais exitosas com a juventude rural. - Financiar festivais e encontros da juventude rural.
Proposta de participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural	- Maior incentivo nas criações de conselhos municipais e estaduais da juventude e capacitação para os conselheiros. - Reconhecimento das organizações e associações em juventude rural representativas para atuar e participar na capilarização das Políticas Públicas. - Formação continuada para gestores técnicos e políticos do governo na temática da juventude rural.

OFICINA ESPECIAL

Eixo Juventude Indígenas: igualdade étnica e direito à vida	
Desafios e limites das políticas públicas para a juventude indígena (avaliação objetiva)	➤ Garantir o direito à terra e a execução de políticas públicas para assegurar a condição plena de jovem indígena, que passa pela sustentabilidade sócio cultural. Para isso, é essencial fortalecer o protagonismo dos Jovens Indígenas em todos os espaços de decisão. ➤ É um desafio a curto prazo o reconhecimento, por parte do Estado, da necessidade de políticas públicas voltadas para a juventude indígena. Por outro lado, é preciso superar a fragmentação das políticas públicas que existem hoje e que estão em execução em diversas instâncias do poder público. Para que elas sejam de fato executadas nos territórios é fundamental assegurar a participação dos jovens na formulação e execução das mesmas. Estas políticas devem respeitar à diversidade e promover a produção e reprodução das culturas indígenas.
Propostas de políticas públicas	- Efetivar as propostas de políticas públicas apresentadas nas diversas conferências, em particular na 1ª e 2ª Conferência Nacional de Juventude com foco na juventude indígena. - Atualizar as propostas voltadas para a juventude indígena presente no Plano Nacional de Juventude, que está em tramitação no congresso nacional. - Realizar o 2º Seminário de Juventude Indígena. - Incentivar e dar condições aos jovens para formação na área de saúde, como medicina, enfermagem, cursos técnicos para atuação nas comunidades indígenas, valorizando as práticas tradicionais.

	- Implementar cursos técnicos nas aldeias, bem como facilitar o acesso ao crédito para que os jovens possam desenvolver microprojetos voltados para geração de renda, com foco nas diferentes realidades econômicas, sociais, culturais e ambientais das comunidades indígenas, como por exemplo, na área de agroecologia. - Implantar políticas públicas que garantam o acesso e a permanência dos jovens indígenas no ensino superior, bem como melhorar a qualidade do ensino médio nas comunidades indígenas. - Valorizar as culturas indígenas por meio de políticas específicas que contemplem tanto os modos tradicionais -, a exemplo do Prêmio Culturas Indígenas e do programa Pontos de cultura, garantindo aos jovens indígenas o acesso aos meios de comunicação, enquanto agentes de produção, bem como as novas tecnologias de informação. - Construir espaços adequados para diversas modalidades esportivas e lazer, considerando e reconhecendo as práticas tradicionais. - Viabilizar o transporte e a mobilidade da juventude indígena, considerando as diferentes especificidades.
Proposta de participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural	- Criar o Grupo de Trabalho de Juventude Indígena na SNJ. - Garantir a participação da Juventude indígena nos espaços públicos constituídos (conselhos, fóruns, comitês, etc). - Ampliar a capacitação, monitoramento e participação nos eventos e articulações e instrumentos voltados à garantia da proteção e promoção dos direitos da juventude indígena. - Garantir a participação da juventude indígena no controle social, na formulação e execução das políticas indigenistas (FUNAI, Educação, Saúde etc). - Realizar oficinas de qualificação dos jovens indígenas para a sua participação nas discussões das varias instâncias para fortalecimento local, regional, nacional e internacional.

Oficina Especial 2 - Oficina Específicas- Rio +20	
Resultado Final – Relator:	
Desafios e limites das políticas públicas para a juventude rural (avaliação objetiva)	➤ Agroecologia – Que a agroecologia possa se expandir e tornar-se visível. Garantir a certificação dos produtos. ➤ Segurança – Garantia dos direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. ➤ Uso da terra – Combate ao avanço do agronegócio, limitar, fiscalizar e erradicar o uso dos agrotóxicos. Que o poder executivo vete todas as alterações do código florestal aprovado pelo parlamento. Criar uma ouvidoria para os camponeses, indígenas, quilombolas e demais comunidades, na qual possam denunciar a invasão no âmbito dos seus territórios e propriedades por parte das empresas e consórcios. ➤ Fiscalizar e punir as empresas e consórcios que violam os territórios e pequenas propriedades. ➤ Ressarcir os camponeses que tenham algum prejuízo causado

	por parte das empresas. ➤ Trabalho decente - Implementação da agenda do trabalho decente para a juventude rural. ➤ Valorizar o camponês enquanto um trabalhador do campo. Reconhecimento da profissão camponesa e o acesso aos direitos trabalhistas. ➤ Educação – Garantir a qualidade de educação do campo e no campo e abertura de novos campus das Universidades Públicas, ampliação do número de bolsa para estudantes do campo, abertura de novos cursos com regime de alternância. ➤ Novos modelos de matriz energética – Garantir que o campo tenha acesso a novas matrizes energéticas (eólica, solar, bioenergia, entre outras), bem como a novas tecnologias. ➤ Reforma agrária com qualidade – Reforma agrária ampla e integral para toda a juventude que precisa de terra e de programas complementares (assistência, ferramentas, financiamento, etc). ➤ Saúde – Garantir a formação de agentes e profissionais de saúde nas comunidades, bem como postos de saúde e farmácias populares. ➤ Migrações / Erradicação da pobreza – Garantir a efetividade dos itens acima. ➤ Limites - falta de infraestrutura; falta de perspectiva; pouco acesso à educação e à cultura; carência de acesso à terra; políticas que visam a reforma agrária atual: “quando dá a terra mas sem condições para produção”; e ausência de acesso às novas tecnologias; crédito e financiamento com recorte para a juventude.
Propostas de políticas públicas	1. Garantir, adequar e facilitar o acesso às políticas públicas já existentes, bem como a sua efetividade. 2. Fomentar políticas públicas para a criação de cooperativas e que possam garantir a comercialização dos produtos do campo. 3. Incentivar a produção cultural do campo, estimular através de subsídios os grupos já existentes e a criação de novos, assim como ações que possam valorizar as manifestações culturais. 4. Financiar pequenas agroindústrias. 5. Fomento ao crédito para a juventude. 6. Programas de formação e capacitação voltados a realidade local (resgate a agricultura, agroecologia, organização, cooperação e política), executado por instituições reconhecidas pelo seu trabalho junto à juventude camponesa. 7. Participação dos movimentos e organizações da juventude rural no processo de elaboração e implementação das políticas públicas dirigidas ao campo. 8. Ampliação e qualificação da infraestrutura (estradas, água, saneamento ambiental, luz, transporte, etc) de forma a garantir o seu melhor aproveitamento. 9. Incentivar a criação e implementação dos projetos dos movimentos sociais que pautem a democratização dos meios de comunicação, como tvs e rádios livres.
Proposta de participação social e acompanhamento das políticas públicas pela	1. Participação dos movimentos e organizações da juventude rural no processo de elaboração e implementação das políticas públicas dirigidas ao campo. 2. Democratização do poder e respeito aos projetos de iniciativa

juventude rural	popular. 3. Produção de informação em linguagem acessível à juventude. 4. Dar visibilidade aos mecanismos e fortalecer os espaços já existentes (conselhos, comissões, grupos de trabalho, etc) e criar novos espaços deliberativos que contemplem as novas realidades sobre a juventude rural. 5. Ampliar a formação e capacitação política da juventude no campo, utilizando a proposta de "Advocacy".
-----------------	---

Oficina Especial 3 – Juventude do Xingu e do Amazonas	
Desafios e limites das políticas públicas para a juventude rural (avaliação objetiva)	➤ Reconhecimento pelo Governo da Pedagogia da Alternância: A pedagogia da alternância é uma forma de aprendizagem que facilita a educação do campo. Esse ensino incentiva os jovens do campo a estudar e permanecer na propriedade. Um exemplo são as casas familiares rurais (CFR): o jovem passa 15 dias estudando o ensino médio e o técnico em agropecuária, tudo que o aluno aprende na CFR ele pode implantar na propriedade. Mas para que essa forma de aprendizagem continua acontecendo precisamos do apoio dos governantes. ➤ O ensino do jovem do campo não pode ser defasado em relação ao jovem da cidade. Esse desafio dialoga com as diretrizes 2, 4, 8 e 9 do Eixo 4 do PDRS do Xingu.
Propostas de políticas públicas	1. Fundo de Apoio as Experiências de Transição Agroecológica desenvolvida pela juventude: Cria fundos de apoio aos grupos juvenis de produção no sistema agroecológico, considerando a realidade amazônica e suas especificidades. Este fundo integrado com recursos entre os estados na Amazônia brasileira. O fundo financiará pequenos projetos produtivos, cujo desenvolvimento obedecesse a critérios e princípios de sustentabilidade. O público-alvo destes projetos seria jovens agricultores familiares, de áreas de reforma agrária, extrativistas, indígenas e quilombolas. Os projetos teriam prazos de 12 meses para sua execução. Também a aplicação dos recursos obedeceria a metodologia do Fundo Rotativo, onde os jovens beneficiários teria que devolver os recursos recebidos para outros grupos. 2. Garantir novas tecnologias na produção agrícola familiar: Garantir que o agricultor familiar tenha acesso a novos conhecimentos e tecnologias que ajudam a garantir uma produção sustentável ambiental e economicamente, como por exemplo: Mecanização no preparo de áreas, correção do solo e adubação. Permitindo assim que o agricultor obtenha uma boa produção, utilizando áreas já degradadas. Essa proposta vem ao encontro do eixo 3 do PDRS (Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável) que prevê fomento às atividades produtivas sustentáveis. 3. Fortalecimento da educação do campo: Fortalecimento e reconhecimento do governo das CEFAs (Casas e Escolas Familiares) e CFRs (Casas Familiares Rurais). Diversificar e ampliar os cursos oferecidos no campo, para que os jovens do campo tenham um ensino de qualidade, diretamente voltado para o meio aonde vivem. Com isso ocorrerá a diminuição do

	êxodo rural, onde a família sai da zona rural para o zona urbana em busca de um ensino de qualidade para seus filhos, ocasionando o inchaço populacional e o crescimento das periferias. 4. Elaboração de materiais didáticos que discuta as principais temáticas da Amazônia: construção de gibis e vídeos que tratem de assuntos relacionados à temática social e educacional da Amazônia, visando colaborar com a inserção da juventude nestas discussões para contribuir na formação dos jovens da região. 5. Juventude da Amazônia na Campanha Permanente contra o Uso dos Agrotóxicos: O Brasil é o segundo país em consumo de agrotóxico do mundo. Consumimos anualmente, em média, 5 litros de veneno por pessoa. Vários tipos de câncer têm sido identificados como causa do uso de agrotóxicos. A campanha é simples. Ao comer qualquer alimento ou antes de comer pergunte: de onde vem? como foi produzido? foi produzido com segurança? Após se fazer estas perguntas, reflita: deve-se comer e se seus amigos já sabem destas informações. Então, tome uma decisão, reúna os amigos e pesquise materiais para estudar. Há muitos vídeos/documentários sobre o tema, panfleto, cartilhas, é só buscar. Lembre-se, esta campanha tem compromisso com a defesa da vida, por isso ela depende de vocês também. O campo brasileiro está contaminado pelos venenos. Alimentos e energia não são mercadorias. Vamos reunir, conversar, ler, pesquisar, discutir, procurar os movimentos camponeses para melhor conhecer as propostas.
Proposta de participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural	1. Realizar encontro de Jovens do campo e da cidade, na Região da Transamazônica e Xingu: O objetivo do encontro é construir um espaço de debate para gerar encantamento, discussões em torno de bandeiras comuns e planos de realização, buscando seus sonhos em conjunto. A realização do encontro permitirá aos jovens mobilizar uma rede que se una em prol das causas comuns da região. O encontro poderia ser realizado em Altamira, cidade pólo da região de Escola de Formação política para a Juventude Amazônica: o objetivo da escola é o de contribuir, efetivamente, na capacitação de lideranças juvenis da Amazônia, inseridas na vida política local, no embate aos grandes projetos e a partir de suas realidades colaborar na construção de uma sociedade comprometida com causas da Amazônia 2. Roda de conversa em torno das condicionantes do Consórcio Belo Monte em diálogo com os eixos temáticos 4 e 5 do PDRSX: Uma roda de conversa com representantes dos governos (federal, estadual e municipal), representantes da sociedade civil organizada, movimentos sociais, juventude da casa familiar rural, para se fazer estudo, refletir e se apropriar das condicionantes na perspectiva do controle social.

Anexo II

Carta do I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas

Nós, jovens rurais, agricultores familiares, camponeses, assentados da reforma agrária, assalariados, sem-terra, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, oriundos das diferentes regiões do país, reunidos no I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas, afirmamos a necessidade de construção de uma política nacional de juventude do campo e da floresta.

Vivemos num momento histórico marcado pela hegemonia de um modelo de desenvolvimento agrícola e agrário adverso, que dá centralidade ao agronegócio, baseado na concentração de terra e riquezas naturais; na produção de commodities para exportação; no uso desenfreado de agrotóxicos; no alto índice de exploração dos trabalhadores; que gera êxodo rural, desigualdade social e violência no campo.

Neste contexto, convivemos com estatísticas que nos apontam que a cada dia dez escolas são fechadas no campo; que a cada ano 80 mil jovens precisam deixar o meio rural para buscar condições de trabalho e estudo nas cidades, condições estas insustentáveis para garantir relações mais justas e qualidade de vida para os povos do campo e da floresta, especialmente os/as jovens.

As desigualdades de gênero, raça e etnia também compõem este cenário social em que a juventude rural está inserida, nos mostrando que superar relações de preconceito, machismo e racismo são desafios permanentes para a construção das políticas públicas e de novos padrões culturais igualitários.

A partir da luta dos jovens rurais organizados foi possível quebrar a invisibilidade e pautar o estado frente à construção de políticas públicas de juventude rural. Neste sentido, reconhecemos a disponibilidade do governo em promover diálogos para a construção de proposições, porém ainda há muito o que se fazer, por isso afirmamos que para a juventude ter vida digna no campo é necessário:

- Acesso a terra e ao território, através de uma ampla e massiva reforma agrária, demarcação das terras indígenas e quilombolas, que valorize a juventude rural como sujeito estratégico para a dinamização e desenvolvimento do campo.
- Educação do campo e no campo, em todos os níveis, desde a superação do analfabetismo, passando pelos ensinos fundamentais e médios e com cursos superiores nas diferentes áreas de conhecimento.
- Políticas agrícolas voltadas para a juventude rural, assegurando ATER, ATER Indígena, financiamento, apoio na comercialização e fomento para que a juventude possa produzir alimentos numa perspectiva agroecológica.

- Eliminar o trabalho degradante e em condições análogas a escravidão que os jovens rurais são submetidos nos latifúndios do agronegócio
- Acesso a políticas de cultura, esporte, tecnologias de informação e comunicação, possibilitando novas sociabilidades e a vivência da condição juvenil no campo.
- Geração de renda agrícola e não agrícola, tornando o campo um espaço de oportunidades para que a juventude rural possa trabalhar dignamente no setor de serviços e em agroindústrias familiares, permanecendo assim no campo.

Os resultados obtidos neste I Seminário são fruto de uma construção coletiva dos diferentes atores sociais que atuam com a juventude rural, nos ensinando que a unidade das forças que representam os trabalhadores rurais, camponeses, sem terra, ribeirinhos, indígenas, extrativistas e quilombolas é um eficaz caminho para construir propostas de políticas bem como para cobrar sua implementação.

Brasília, 24 de maio de 2012.



Contatos

www.juventude.gov.br

Telefone: (61) 3411-1160 / Twitter: @SNJuventude

Youtube: www.youtube.com/canaljuventude

Facebook: SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

Email: juventude@presidencia.gov.br



Apoio

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

Realização

Secretaria Nacional
de Juventude

Secretaria-Geral da
Presidência da República

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA